



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 799/11

Declara de Utilidade Pública a organização "Ao Alcance das Mãos" – ALMA, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a organização "Ao Alcance das Mãos" – ALMA, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2012.

Alexandre Curi
Presidente

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 191/12

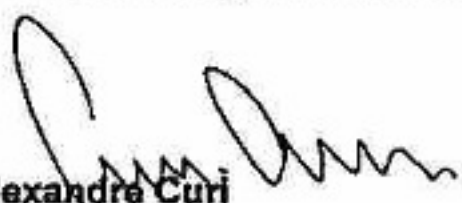
Fica instituído o Dia Estadual de
Prevenção a Acidentes de Trânsito.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Prevenção a Acidentes de Trânsito, a ser comemorado anualmente em 27 de maio.

Art. 2º Fica a critério do Poder Executivo regulamentar campanhas de esclarecimento e informações visando à prevenção a acidentes de trânsito no Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 522/11

D. L.

Fls. 02



Súmula: Declara de Utilidade Pública a Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon, com sede e foro na Cidade de Rondon.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon, com sede e foro no Município de Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

NELSON GARCIA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional, assistencial, com os principais objetivos descritos:

- Realização de medicina preventiva em favor do trabalhador rural.
- Desenvolvimento de campanhas visando a educação sanitária do trabalhador rural, por palestras, cursos e propagandas radiofônicas.
- Elevação do padrão de saúde do trabalhador rural, mediante cooperação com a comunidade e as entidades públicas e privadas dedicadas aos mesmos propósitos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 522/2011

Projeto de Lei nº. 522/2011

Autor: Deputado Estadual Nelson Garcia

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon, com sede e foro no Município de Rondon - Paraná.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon, com sede e foro no Município de Rondon, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Fundação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
S. 95
91

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, tendo em vista que o foro correto da Fundação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é a Comarca de Paraisópolis do Norte, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTIUS
PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça




EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 522/11

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 522/11, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro na Comarca de Paraíso do Norte, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS CATTO
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR
RELATOR





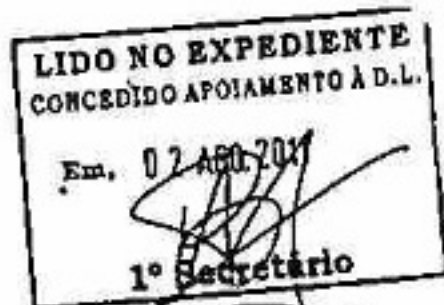


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº. 603/11



Súmula: Estabelece que o certificado de conclusão expedido pelo órgão competente fica condicionado à comprovação de que os resíduos (entulhos) remanescentes do processo construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável à espécie e dá outras providências.

Art. 1º - Fica estabelecido em todo território paranaense que a emissão do certificado de conclusão expedido pelo órgão competente ficará condicionada à comprovação de que os resíduos (entulhos) remanescentes do processo de construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável à espécie.

Art. 2º - A comprovação dar-se-á, mediante apresentação de via comprobatória do controle de transporte privado de resíduos do município, ou por órgão competente do poder público municipal, responsável pela coleta dos mesmos.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 01 de agosto de 2011

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 03
9

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade estabelecer que a expedição do certificado de conclusão pelo órgão competente fique condicionada à comprovação de que os entulhos, resíduos oriundos da obra tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável.

A legislação vigente determina que tais resíduos devam ser depositados em locais previamente determinados para tal fim, ficando expressamente proibido o seu acondicionamento em fundos de vale, em áreas verdes, em áreas de preservação ambiental permanente e áreas similares.

O gerador do entulho deverá contratar uma empresa especializada em serviços de coleta e transporte desse material ou então recorrer ao órgão competente do poder público municipal local para a remoção dos resíduos remanescentes do processo construtivo que destinará o material a local adequado, e não para aterros clandestinos.

A matéria é justificada pelo benefício agregado a proposta que é, o de manter o equilíbrio ambiental. Por essas razões, Solicito o apoio dos nobres pares desta casa, na aprovação da matéria.

R



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 603/11

Projeto de Lei nº 603/11

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Estabelece que o certificado de conclusão expedido pelo órgão competente fica condicionado à comprovação de que os resíduos (entulhos) remanescentes do processo construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável à espécie e dá outras providências.

EMENTA: CONDICIONA O CERTIFICADO DE CONCLUSÃO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE À COMPROVAÇÃO DE QUE OS RESÍDUOS (ENTULHOS) REMANESCENTES DO PROCESSO CONSTRUTIVO TENHAM SIDO RECOLHIDOS E DEPOSITADOS EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ESPÉCIE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues estabelece que o Certificado de Conclusão expedido pelo órgão competente fica condicionado à comprovação de que os resíduos

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido Vistas ao
Senhor Deputado
Deputado Luciano
Em, 18, 10, 2011
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



[entulhos] remanescentes do processo construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável à espécie e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 45 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente, conforme o artigo 24, Inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
(Grifo nosso)

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 15



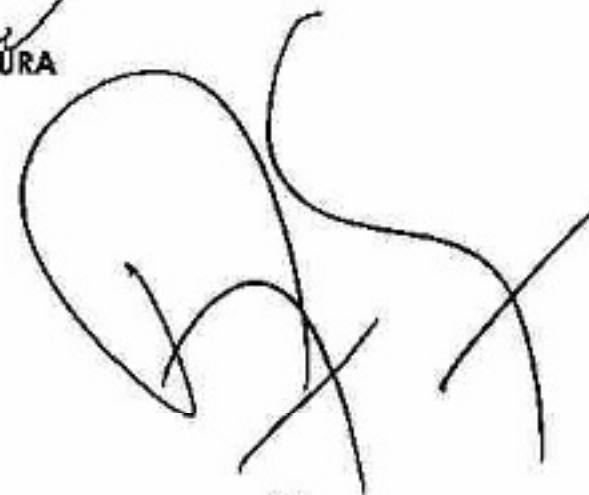


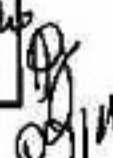



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR










**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**
Dep. Leonardo
Dep. Dúlio Soares
Dep. Pedro Lupion
Dep. Cesar S. Filho
Dep. Brandão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 603/2011.

Súmula: Estabelece que o certificado de conclusão expedido pelo órgão competente fica condicionado à comprovação de que os resíduos (entulhos) remanescentes do processo construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável à espécie e dá outras providências.

EMENTA: LEGISLAÇÃO ESTADUAL QUE CONDICIONA A EMISSÃO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA À COMPROVAÇÃO DE QUE OS RESÍDUOS DA MESMA TENHAM SIDO RECOLHIDOS E DEPOSITADOS CONFORME A LEGISLAÇÃO PERTINENTE A MATÉRIA – PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Página 1 de 1

I - PRÊAMBULO.

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Deputado Rasca Rodrigues para determinar que a emissão do certificado de conclusão de obras, certificado este expedido pelos órgãos municipais, passe a ser condicionado à comprovação de que os resíduos (entulhos) remanescentes do processo construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável a espécie.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion



O projeto Lei em análise fora proposto no dia 02 de agosto de 2011, sendo encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça no dia 03 de agosto de 2011.

Pelo D.relator, Deputado Nereu Moura, fora apresentado parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei, sob o fundamento que se tratava de matéria relacionada ao meio ambiente, havendo previsão na Constituição Estadual para tanto.

Em sessão da Comissão de Constituição e Justiça, votaram contrários ao mencionado parecer os seguintes Deputados: (i) Fernando Scanavacca; (ii) Dúlio Genari; (iii) Pedro Lupion; (iv) Cesar Silvestre Filho e (v) Evandro Júnior.

Havendo prosseguimento no trâmite, o projeto de Lei fora remetido para a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para a análise do mérito.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente cumpre esclarecer que este Parlamentar entende que a matéria versada no Projeto de Lei em análise se trata de interesse local¹, logo de competência privativa do município, sendo o ora projeto, ao meu ponto de vista, inconstitucional havendo vício de iniciativa.

Ocorre que tal posicionamento fora superado quando da análise pela Comissão de Constituição e Justiça, havendo seu regular prosseguimento para análise do mérito.

Pois bem,

¹ Conforme bem menciona Pedro LANZA: “[...] o interesse local diz respeito às peculiaridades e necessidades ínsitas à localidade; Michel Temer observa que a expressão “interesse local”, doutrinariamente, assume o mesmo significado da expressão “peculiar interesse”, expressa na Constituição de 1967. E completa: “peculiar interesse significa interesse predominante”. (In, LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 18ed. rev. atual. e ampl. Editora Saraiva; 2012, p. 448)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion



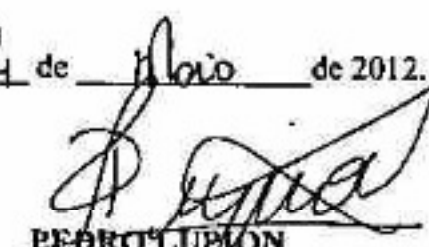
O projeto em tela envolve questões que refletem diretamente na manutenção do equilíbrio ambiental. Envolve, ainda, o estabelecimento de regras que repercutirão em outras esferas de governo, vez que compete aos municípios a emissão do certificado de conclusão de obra.

Desta forma, uma vez que o projeto objetiva o cumprimento de legislação já existente, conforme mencionado na justificativa, em relação à destinação de entulhos resultantes de processo construtivo, evitando assim que sejam depositados em áreas de preservação ambiental e similares entendendo pela legalidade do mérito.


III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de Lei em virtude da legalidade do mérito.

Sala das Comissões, 14 de Maio de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual.


LUÍZ EDUARDO CHED
PRESIDENTE.






PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 603/2011

Projeto de Lei nº 603/2011
Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Estabeleça que o certificado de conclusão expedido pelo órgão competente fica condicionado à comprovação de que os resíduos (entulhos) remanescentes do processo construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável à espécie e dá outras providências.

I - PREÂMBULO

O Projeto de lei 603/2011, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues tem por escopo estabelecer que o certificado de conclusão expedido pelo órgão competente fica condicionado à comprovação de que os resíduos remanescentes do processo construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável à espécie, dando outras providências.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 603/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que a finalidade é estabelecer que a expedição do certificado de conclusão pelo órgão competente fique condicionada à comprovação de que os entulhos, resíduos oriundos da obra tenham sido recolhidos e depositados em consonância com a legislação aplicável, buscando desta forma manter o equilíbrio ambiental.

Cumpramos a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposta do Deputado Rasca Rodrigues. Projeto de Lei 603/11 em análise desta Comissão, no que justifica-se, esta adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

O presente projeto de lei se justifica pelo benefício agregado a proposta que é de manter o equilíbrio ambiental, favorecendo a sociedade paranaense.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados, a matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 603/11, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 28 de maio de 2012.

MARCELO RANGEL
Presidente da Comissão

Adelino Ribeiro
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI 603/11

Projeto da Lei nº. 603/11

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

SÚMULA: ESTABELECE QUE O CERTIFICADO DE CONCLUSÃO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE FICA CONDICIONADO À COMPROVAÇÃO DE QUE OS RESÍDUOS (ENTÚLHOS) REMANESCENTES DO PROCESSO CONSTRUTIVO TENHAM SIDO RECOLHIDOS E DEPOSITADOS EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ESPÉCIE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei passou com parecer favorável nas seguintes comissões: Constituição e Justiça, Ecologia e Obras Públicas, Transportes e Comunicação. A grande quantidade de entulhos que é produzida quando não é dada a destinação final adequada aos resíduos de construção civil eles acabam sendo depositados, clandestinamente, em terrenos baldios, áreas de preservação permanente, vias e logradouros públicos. Tais resíduos, quando depositados irregularmente causam impactos, que muitas vezes podem prejudicar o meio ambiente e a qualidade de vida da população.

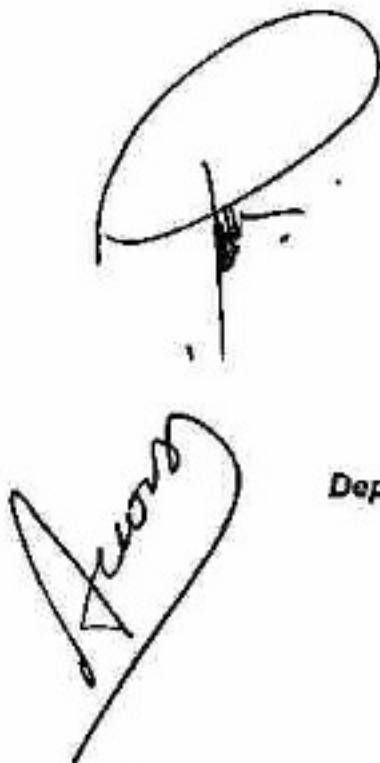
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2012.


Deputado ANDRÉ BUENO
Presidente


Deputado TONINHO WANDSCHEER
Relator







GABINETE DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 OUT. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 738/11

Súmula: DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE ANTEPARO DE VIDRO ACIMA DOS BALCÕES DE "BUFFETS" EM RESTAURANTES.

Art. 1º - Os restaurantes e demais estabelecimentos comerciais que preparam e/ou servem refeições na forma de "Buffet", onde o cliente serve seu próprio prato, ficam obrigados a instalar anteparos de vidro acima dos balcões onde os alimentos ficam dispostos.

Parágrafo único - O anteparo a que se refere este artigo não poderá estar em altura superior a 50 (cinquenta) centímetros, e deverá ter largura suficiente a cobrir todos os pratos e alimentos dispostos no balcão.

Art. 2º - Os estabelecimentos previstos no artigo 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem às normas aqui previstas.

Art. 3º - O descumprimento desta Lei acarretará a aplicação de multa equivalente a 5 (cinco) salários mínimos regionais, podendo esta ser aplicada em dobro em caso de reincidência levando à suspensão das atividades do estabelecimento e até mesmo à cassação da licença para funcionamento.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de outubro de 2011.

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI - PV



JUSTIFICATIVA: É cediço que os alimentos dispostos em balcões nos restaurantes onde o cliente se serve, ficam diretamente expostos a todos os tipos de bactérias, inclusive bactérias lançadas pelos próprios clientes através da fala e trato próximo aos alimentos.

O anteparo de vidro acima dos balcões é essencial para que os alimentos sejam minimamente expostos ao grande trânsito de pessoas falando, respirando e até mesmo expelindo saliva próximo aos locais onde estão expostos.

Contudo há vários restaurantes em diversas cidades do Estado do Paraná que não possuem qualquer tipo de proteção acima dos balcões onde os alimentos estão dispostos, deixando os alimentos totalmente vulneráveis à ação dos microorganismos.

Desta forma o presente projeto, visa garantir que os alimentos ofertados aos consumidores sejam minimamente expostos às bactérias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 798/11

Projeto de Lei nº 798/11
Autor: Deputado Roberto Acioli

Súmula: Determina a obrigatoriedade de instalação de anteparo de vidro acima dos balcões de "buffets" em restaurantes.

EMENTA: OBRIGA OS RESTAURANTES E DEMAIS ESTABELECIMENTOS QUE PREPARAM E/OU SERVEM ALIMENTOS A INSTALAREM ANTEPARO DE VIDRO NOS BALCÕES DE "BUFFETS". ART. 24, V E VII, CF. PROTEÇÃO À SAÚDE. ART. 6º, I DO CDC. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Roberto Acioli, visa determinar que os restaurantes e demais estabelecimentos comerciais que preparam e/ou servem refeições na forma de "buffets", nos quais o próprio cliente serve seu próprio prato, fiquem obrigados a instalar anteparo de vidro acima dos balcões onde os alimentos permaneçam dispostos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 12
C

DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, conforme adiante transcreito:



Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, incisos V e XII, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da

saúde. (grifo nosso)

No mesmo sentido, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, conforme artigo 13, incisos V e XII:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;



(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da
saúde; (grito nosso)

Da análise do projeto em tela, nota-se que o objeto da lei é tornar obrigatória a instalação de anteparo de vidro nos "buffets" dos estabelecimentos que servem alimentos.

Conforme justificativa do autor, os alimentos dispostos em balcões nos restaurantes onde o cliente se serve, ficam diretamente expostos a todos os tipos de bactérias, inclusive aquelas expelidas pelo próprio cliente através da fala e trato próximo aos alimentos. Diante disso, o anteparo de vidro acima dos alimentos é essencial para que os mesmos sejam minimamente expostos.

Dessa forma, vislumbra-se do presente projeto que o objetivo diz respeito à proteção à saúde dos consumidores.

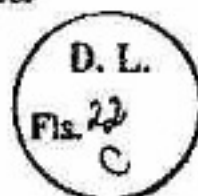
Neste sentido, verifica-se a previsão do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, artigo 6º, inciso I, adiante transcrito:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, denota-se que a matéria é de natureza legislativa e, quanto à iniciativa, de competência concorrente conforme disposto na Constituição do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

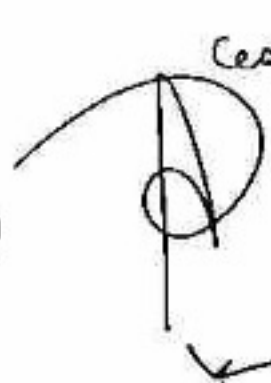
Sala das Comissões, 28 de março de 2011.


Deputado NELSON JUSTUS

Presidente


Deputado NEREU MOURA

Relator


Cesar S. Filho



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



:PARECER AO PROJETO DE LEI 798/11

Projeto de Lei nº. 798/11

Autor: Dep. ROBERTO ACIOLLI.

SÚMULA: DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE ANTEPARO DE VIDRO ACIMA DOS BALCÕES DE "BUFFETS" EM RESTAURANTE.

FUNDAMENTAÇÃO

O anteparo de vidro acima dos balcões evita contaminação e a exposição de germes e bactérias no alimento exposto para consumo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2012.


Deputado **ANDRÉ BUENO**
Presidente


Deputado **DÚLIO GENARI**
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 798/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Roberto Aciolli, determina a obrigatoriedade de instalação de anteparo de vidro acima dos balcões de *Buffets* em restaurantes.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

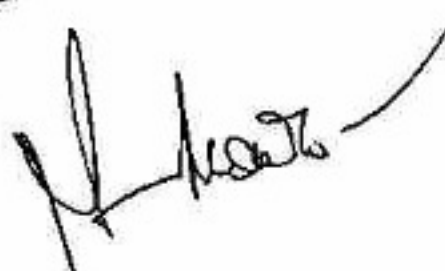
Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo colocar o anteparo de vidro acima dos balcões é essencial para que os alimentos sejam, minimamente expostos ao grande trânsito de pessoas falando, respirando a até mesmo expelindo saliva próximo aos locais onde estão expostos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em


DR. BATISTA
Presidente


Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



PARECER AO PROJETO DE LEI N. 798/2011

SÚMULA: Determina a obrigatoriedade de instalação de anteparo de vidro acima dos balcões de "buffets" em restaurantes.

AUTOR: Deputado Roberto Accioli

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Saúde Pública.

ANÁLISE E PARECER:

Pretende o autor do Projeto de Lei em análise proporcionar melhores condições de higiene aos usuários de "buffets", com a obrigatoriedade de colocação de anteparos de vidro acima dos balcões onde são servidos os alimentos.

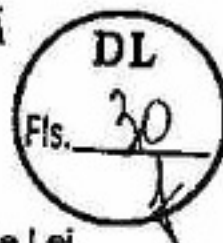
É direito do consumidor receber o produto "alimentação" em perfeitas condições de higiene já que isso é indispensável. A colocação de um anteparo de vidro sobre o balcão em que os alimentos são servidos em "buffets" deixa os produtos à mostra (já que são de vidro) e impede que agentes contaminadores como saliva, suor, cabelos e outros caiam sobre os alimentos no momento do trânsito dos consumidores ao seu redor quando estão servindo seus pratos, causando contaminação por microorganismos e bactérias.

Nesse sentido, o legislador está buscando, com a nova norma, assegurar um direito básico do cidadão como consumidor.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Antônio Klury



Diante do exposto, emitimos PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 798/2011.

Sala das Comissões, em 04 de 07 de 2012.

Deputado PARANHOS

Presidente

Dep. ROSE LITRO

Relatora



DEP. DR. EDSON PRACZYK

Assembleia Legislativa do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18



PROJETO DE LEI Nº 833/11



Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares.

Art. 1º Ficam os bares, hotéis, restaurantes, fast-foods, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor, relação de todos os itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de calorias a ser adquirida na ingestão dos produtos, bem como a necessidade calórica de consumo diário para indivíduos por faixa etária e atividade.

§ 1º A relação de que trata o art. 1º deverá ser elaborada e assinada por Nutricionista, com o respectivo número de sua inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas.

§ 2º A quantidade de calorias deverá constar ao lado de cada produto, nos cardápios e tabelas expostos nos referidos estabelecimentos.

Art. 2º Nos casos de itens de consumo de quantidade variável, a critério do consumidor, como restaurantes de comida a quilo e outros, a quantidade de calorias de que trata o art. 1º deverá ser especificada por cada cem gramas de produto consumido.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Os estabelecimentos de que trata a presente Lei terá o prazo de (180) cento e oitenta dias a partir de sua entrada em vigor, para se adequarem ao seu cumprimento.

8337



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

D. L.

Fla. 2

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

Art. 5º O não cumprimento da presente Lei fica sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência por escrito;
- II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III - cassação da Inscrição Estadual.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 24 de outubro de 2011.

PR. EDSON PRACZYK
DEPUTADO ESTADUAL - PRB



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

Justificativa:

A divulgação de um estudo sobre desnutrição e obesidade no Brasil mostrou que o número de obesos está ultrapassando o de desnutridos e, que sem uma urgente reeducação alimentar, no futuro, poderemos ser conhecidos como o país dos gordinhos.

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com o Ministério da Saúde e divulgados recentemente, apenas comprovam aquilo que qualquer pessoa percebe andando pelas ruas e, ainda, confirmam a tendência que os médicos já vinham constatando nos consultórios: o número de obesos cresce vertiginosamente no Brasil.

Conforme o levantamento, mais de 38 milhões de pessoas em nosso país estão com o peso acima do recomendado e, desse total, em torno de 10 milhões são considerados obesos. Para quem achava que o problema da obesidade ficava restrito aos americanos - exportadores do modelo fast food, o estudo surpreendeu.

Ficou provado que o Brasil não escapa desse negro quadro. Para a Organização Mundial de Saúde, a obesidade é a principal epidemia do começo do século e, para os especialistas brasileiros, a importação de novos e piores hábitos alimentares contribuiu em muito para que o país entrasse nesse fatídico clube.

A obesidade é uma doença crônica e como tal deve ser tratada. Muito além de um problema estético, o excesso de peso se associa a um grande número de outras doenças, além de estar relacionada com o fator físico, a obesidade causa grande impacto social na vida das pessoas, uma vez que ocasiona, frequentemente, problemas psicológicos, como por exemplo, perda da auto-estima, ansiedade e depressão.



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

A esmagadora maioria dos profissionais de saúde concorda que o tratamento da obesidade deve passar por uma série de medidas reeducativas. Elas vão desde o comportamento e hábitos alimentares à alteração de estilos de vida sedentários em que a população faz cada vez menos exercícios, ao mesmo tempo em que aumenta o consumo de gorduras. Na concepção dos médicos, muitos fatores contribuem para a obesidade, entre eles, a tendência genética, contra a qual pouco se pode fazer, o sedentarismo, e o hábito de comer muito e gastar poucas calorias, fatores que podem ser combatidos pela reeducação alimentar e, também, por mudanças de hábitos de vida.

Nota-se que boa parte da população que sofre dos males da sociedade moderna, como a obesidade, o diabetes e as altas taxas de colesterol, alimenta-se nos fast-foods, bares, lanchonetes e restaurantes, sem ter consciência do teor de gordura e calorias dos alimentos.

Deve-se considerar que se o consumidor tiver conhecimento sobre o que está ingerindo, terá como equilibrar a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de se alimentar melhor para ter uma vida com mais qualidade.

Saltenta-se ainda, que o conhecimento do valor calórico dos alimentos é vital para a sociedade, mas esse tipo de informação é divulgada apenas nos produtos industrializados e nas prateleiras dos supermercados, contudo, o alto índice de doenças geradas pela má alimentação demonstra que ainda não é o suficiente.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a acolhida da presente proposição e aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 839/11

Projeto de Lei nº 839/11

Autor: Deputado Pastor Edson Praczyk

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de restaurantes, bares, hotéis, fast-foods e similares.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE RESTAURANTES, BARES, HOTÉIS, FAST-FOODS E SIMILARES. DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO ADEQUADA. ART. 6º, III, CDC. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, visa instituir no cardápio de restaurantes, bares, hotéis, fast-foods e similares, especificação e divulgação da quantidade de calorias presentes nos alimentos, objetivando oferecer conhecimento do valor calórico dos alimentos aos consumidores, já que hoje isso é feito somente com produtos industrializados e nas prateleiras do supermercado.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 16
41

qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, conforme adiante transcrito:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

No mesmo sentido, determina a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** conforme artigo 13, incisos V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

Conforme justificativa do autor, nota-se que boa parte da população que sofre dos males da sociedade moderna, como a obesidade, o diabetes e as altas taxas de colesterol, alimenta-se nos fast-foods, lanchonetes e restaurantes, sem ter consciência do teor de gordura e calorias dos alimentos.

Da análise do projeto em tela, verifica-se que o objetivo é divulgar o valor calórico dos alimentos. Assim, trata-se de matéria de direito do consumidor à informação sobre produtos.

O artigo 6º da **LEI 8.078 DE 1990**, que instituiu o **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** no Brasil, cita os direitos básicos do



consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, conforme inciso III:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Da mesma forma, prevê a lei de proteção ao consumidor sobre a oferta dos produtos e condições de validade, em especial, a data de validade dos produtos anunciados, de acordo com o artigo 31, seguinte:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 19
4

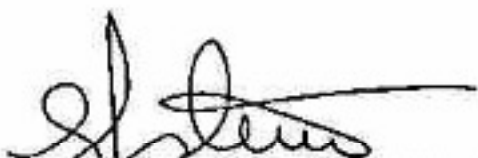
Assim, perfeitamente possível o presente assunto ser
objeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistam óbices
ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei na forma da EMENDA MODIFICATIVA, por
estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica
legislativa.


Sala das Comissões, 28 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA

Relator


Cesar Silvestri
Bello



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 20
4

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 839/2011

De acordo com o disposto no artigo 137, § 4º e 137, § 7º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o artigo 1º do Projeto de Lei n.º 839/2011 a contar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares.

Art. 1º Ficam os bares, hotéis, restaurantes, fast-foods, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor, relação de todos os itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de carboidratos, proteínas, gorduras, sódio, a presença de glúten e o valor calórico contido nos alimentos, bem com a necessidade calórica de consumo diário para indivíduos por faixa etária e atividade.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2012.

BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual

Artigos 1º

Alexandre
Curi

Renan Moura



JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa Ampliativa ao Projeto de Lei n.º 839/2011, de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, faz-se necessária em razão da importância da especificação e inclusão de outros dados nutricionais para o conhecimento e esclarecimento dos consumidores.

A inclusão dos dados referentes à quantidade de carboidratos, proteínas, gorduras, sódio e a presença de glúten, propicia, de forma considerável, informação completa e essencial aos consumidores para o bem estar e equilíbrio alimentar.

Desta forma, evidencia-se a importância da inclusão de tais novos dados nutricionais ao Projeto de Lei n.º 839/2011, possibilitando instrumentos de informação e conhecimento aos consumidores no planejamento de uma alimentação saudável e equilibrada, que resultará na redução de doenças e problemas crônicos típicos de nossa época e que guardam relação com os hábitos alimentares atuais.

Isto exposto, solicita-se o apoio dos Deputados desta Assembleia Legislativa na aprovação da presente Emenda Modificativa Ampliativa ao Projeto de Lei 839/2011.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 839/11

AUTOR: DEPUTADO EDSON PRACZYK.

SÚMULA: PROJETO DE LEI - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE BARES, HOTÉIS, RESTAURANTES, FAST-FOODS E SIMILARES.

O

FUNDAMENTAÇÃO

PESSOAS ESTÃO CADA VEZ MAIS OBESAS E POR ISSO É PRECISO COBRAR UMA TRANSPARÊNCIA DOS ESTABELECIMENTOS SOBRE OS INGREDIENTES UTILIZADOS. "O PROJETO FAVORECE QUE O CIDADÃO ESTEJA MAIS CONSCIENTE E ASSIM POSSA CUIDAR MELHOR DE SUA SAÚDE".

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente P.L. por estarem presentes todas os requisitos constitucionais, legais.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.

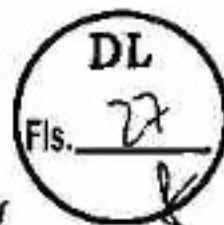
DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TONINHO WANDSCHEER
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 839/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, *fast-foods* e similares.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo que o consumidor tenha conhecimento sobre o que está ingerindo, equilibrando a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de se alimentar melhor para ter uma vida com a mais qualidade.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 22/05/12

DR. BATISTA
Presidente

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SÍNTESE: DISPOE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE BARES, HOTÉIS, RESTAURANTES, FAST-FOODS E SIMILARES.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS - DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO ADEQUADA - APROVAÇÃO PELA CCJ - PARECER PELA APROVAÇÃO.

Página 1 de 2

PRÉAMBULO

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, em trâmite perante esta Casa de Lei sob o n. 839/11, objetivando restaurantes, bares, hotéis e similares a informar ao consumidor, por intermédio de seus cardápios, a quantidade de calorias dos alimentos ofertados.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cumpre-me ressaltar o artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), em relação ao direito do consumidor em ter acesso a informação adequada em relação às características e composição do produto por ele adquirido. "In verbis":



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...]"

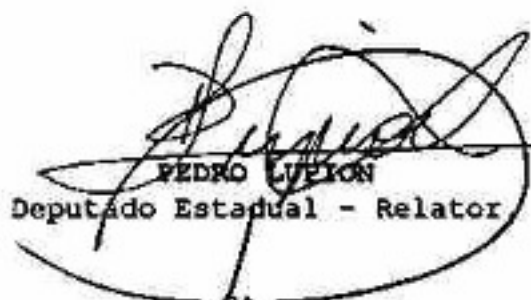
Uma vez que o projeto em análise objetiva informar o consumidor acerca das calorias contidas nos alimentos comercializados se conclui que coaduna com o Código de Defesa do Consumidor, sendo a informação um direito básico do consumidor.

Desta forma, o presente projeto vem de encontro ao interesse dos consumidores, não havendo qualquer óbice a sua aprovação por esta comissão.

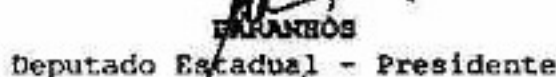
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.



PEDRO LUPION
Deputado Estadual - Relator



MARANHÃO
Deputado Estadual - Presidente



DEL. CHEDA
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de
Lei N.º 843/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 OUT. 2011

Ruy
1º Secretário

Súmula: Dispõe
sobre o volume
máximo de som
permitido em
salas de cinema,
no âmbito do
Estado do Paraná.

Art. 1º O volume máximo de som permitido nas projeções em salas de cinema, no âmbito do Estado do Paraná, deve ser de até 92 (noventa e dois) decibéis (Db) para projeções de, no máximo 3 (três) horas contínuas.

Art. 2º Ao iniciar a projeção, os responsáveis pelas salas de cinema, deverão informar ao público, através de mensagem de som e imagem, o limite de volume do áudio permitido.

Ch



Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei dar-se-á, nos termos do inciso VII do art. 33 do Anexo ao Decreto Estadual 777/07, que regulamentou as competências da Secretaria de Estado da Saúde e do Departamento de Vigilância Ambiental - DEVA.

Art. 4º. O valor da multa a ser aplicada pelo DEVA, por descumprimento desta Lei, será de 100 (cem) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná, em dobro, caso ocorra a reincidência e assim sucessivamente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em.....outubro de 2011


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A saúde é o bem mais precioso que tem o ser humano e não se admite que *outrem* a coloque em risco.

Devido a isso, apresento aos Nobres Pares desta Casa e a toda a sociedade paranaense, o presente Projeto de Lei, que busca normatizar o volume máximo de som nas salas de cinema, em âmbito estadual, tendo por finalidade obrigar os proprietários de salas de cinema a cuidarem da audição dos cidadãos que aqueles locais freqüentam e assim evitar sua perda.

Cumpre dizer que a deficiência auditiva, causada pela agressão sonora é irreversível e cumulativa.



Entretanto, os estudos sobre os cuidados com a audição remontam ao início dos anos 20 e os profissionais da área, constantemente se debruçam sobre esses estudos.

Quando iniciei os estudos para a apresentação deste Projeto de Lei, de imediato consultei médicos, profissionais que lidam com a matéria cotidianamente.

De pronto recebi o apoio e endosso para apresentar a medida, da **Sociedade Paranaense de Otorrinolaringologista - ASPO**, na pessoa do seu Presidente, **Dr. Denilson Antonio Cavazzani Szkudlarek**, do seu Diretor Tesoureiro, **Dr. Eduardo Baptistella** e também da **Dra. Trissia Vassoler**. (assinaturas em anexo)

O apoio dos médicos e da própria ASPO reforçam a necessidade de normatizar o volume máximo de som em salas de cinema como prevenção e cuidados com a saúde do cidadão, neste caso como consumidor.

O cinema, na forma de arte e cultura, vem se tornando mais real aos brasileiros, que passaram a fazer dele, lazer acessível a todos da família, ainda mais com filmes com



efeitos especiais, em três dimensões e tantas outras novidades da tecnologia.

Em que pese o mundo da tecnologia estar bastante acessível a muitos de nós, é preciso lembrar que muitos equipamentos que se utiliza para trabalho e lazer não são devidamente aferidos e se desconhece seus efeitos, como é o caso do som excessivo em salas de cinema e também os fones de ouvido, tão utilizados nestes tempos.

Desta forma, a presente medida tem por objetivo impor a regra aos proprietários de cinema que reproduzem filmes, de modo a fazê-lo em conformidade com os cuidados próprios para os seres humanos.

Como já dito, não se pode admitir que *outrem* coloque em risco a saúde das pessoas. Note-se que, o cidadão, muitas vezes, não desperta para o fato de que, ao adquirir bilhetes para a entrada do cinema para assistir um filme, estará consumindo um produto e como tal precisa ter a garantia de que não esta sendo prejudicado.

Pois bem, ao permanecer assistindo um filme ou outra projeção qualquer, pelo período de 1, 2 ou mais horas, o

a



cidadão está em exposição a níveis de ruídos altíssimos e com isto a sua saúde posta em risco.

Estudos demonstram que a audição humana tolera, no máximo 92 Decibéis em até 03 horas de projeção, sendo que além disto já há o comprometimento da audição.

Importante dizer que a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, de nº 15, já delimitou qual o limite suportado pelos ouvidos humanos e em qual tempo. (em anexo)

Vejamos a citada Norma Regulamentadora:

LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE

NÍVEL DE RUÍDO DB (A)	MÁXIMA EXPOSIÇÃO DIÁRIA PERMISSÍVEL
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas

Ca



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Fls. 8

88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas e 30 minutos
92	3 horas
93	2 horas e 40 minutos
94	2 horas e 15 minutos
95	2 horas
96	1 hora e 45 minutos
98	1 hora e 15 minutos
100	1 hora
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos

Ca



09

Importante dizer que, a **Associação Brasileira de Cinematografia- ABC**, emitiu **Recomendação Técnica**, na qual faz recomendações de toda ordem, inclusive sobre a **acústica da sala de cinema**. (em anexo)

Acerca da **constitucionalidade do Projeto de Lei**, tenho a considerar:

Com efeito, a própria **Constituição Estadual**, nos permite que legisle sobre o tema, visto que o inciso XVI do art. 53, assevera que **cabe à Assembléia Legislativa legislar sobre matéria decorrente da competência comum**, prevista no art. 23 da Constituição Federal. Vejamos a redação do dispositivo constitucional:

Art.23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a



VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição de qualquer uma das formas.

O Pois bem, o **Projeto de Lei**, é constitucional e legal, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.

Em relação à fiscalização, cabe dizer que nenhuma atribuição está sendo criada para a Secretaria de Estado da Saúde ou do Meio Ambiente, ao contrário, o projeto de lei ora apresentado, buscou no âmbito da legislação estadual que já está em vigor, o cumprimento da norma.

O A Lei Estadual 8.485/87, que tratou, da **Organização do Estado do Paraná**, estabeleceu as seguintes competências para a Secretaria de Estado da Saúde. Vejamos O ART. 33 da referida Lei:



Art. 33. O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Saúde compreende: **a promoção das medidas de proteção da saúde da população, mediante o controle e combate a doenças de massa; a fiscalização e controle das condições sanitárias, de higiene e de saneamento, qualidade de medicamentos e de alimentos e da prática profissional médica e paramédica; a aplicação do Código Sanitário do Estado; a restauração da saúde da população de baixo nível de renda; apesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica e hospitalar, face às disponibilidades previdenciárias e assistenciais públicas e particulares; a prestação supletiva de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência; a ação sanitária exaustiva e compreensiva em locais públicos; a promoção de campanhas educacionais e de orientação à comunidade, visando à preservação das condições de saúde da população; o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e financiamento dos serviços e instalações médicas e**

A handwritten signature, possibly 'A', located at the bottom right of the page.



hospitalares; a produção e distribuição de medicamentos; a perfeita integração com entidades públicas e privadas, visando articular a atuação e a aplicação de recursos destinados à saúde pública no Estado; outras atividades correlatas.

Já o Anexo ao **Decreto Estadual 777/07**, regulamentou a fiscalização das condições ambientais para a proteção da população, através do **DEVA** - Departamento De Vigilância Ambiental Em Saúde.

Vejamos:

Art. 33. Ao Departamento de Vigilância Ambiental em Saúde - DEVA compete:

VII - a avaliação de riscos e agravos potenciais à saúde da população no meio ambiente, visando subsidiar as ações de vigilância ambiental em saúde;

Am



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Não há que se dizer que sobre a medida paira qualquer inconstitucionalidade, pois a obrigações a que se referem os art. 3º e 4º, já estão contemplados em lei estadual e decreto, que foram editados e por iniciativa do Poder Executivo.

Por todo o exposto, peço o apoio aos Nobres Deputados desta Assembléa Legislativa na aprovação do Projeto de Lei em tela, por entender que a medida esta nos moldes da Constituição da República do Brasil, da Constituição do Paraná e atende a um anseio da sociedade do Estado.


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL

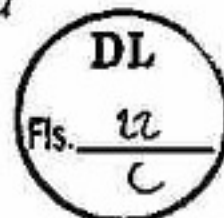


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 843/2011



Projeto de Lei nº 843/2011.

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida

Súmula: Dispõe sobre o Volume Máximo de Som permitido em salas de Cinema, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E COMBATE A POLUIÇÃO DE QUALQUER UMA DAS FORMAS. DISPOSIÇÃO SOBRE O VOLUME MÁXIMO DE SOM PERMITIDO EM SALAS DE CINEMA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO A SAÚDE E AOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE, ARTS. 24, VIII E XII, DA CF. COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E COMBATE AS FORMAS DE POLUIÇÃO, ARTS. 23, VI, DA CF. INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE EXERCER A COMPETÊNCIA PLENA, ART. 24, §3º, DA CF. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida, tem por finalidade dispor sobre o Volume Máximo de Som permitido em salas de Cinema, no âmbito do Estado do Paraná, tendo como objetivo proteger a saúde, ao meio ambiente e a audição das pessoas que frequentam cinemas.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

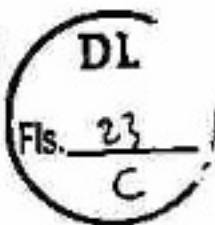
Concedido vista.

Em 10 / 06 / 12

Tratado
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 65, a Assembleia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, o REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

No que diz respeito ao Volume Máximo de Som permitido em salas de Cinema, no âmbito do Estado do Paraná, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL estabelece competência legislativa concorrente a respeito da proteção a saúde e responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
(grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL estabelece competência legislativa comum a respeito a proteção ao meio ambiente e combate a todas as formas de poluição, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; (grifo nosso).

Diante da inexistência de legislação federal disciplinando o assunto tratado no presente projeto de lei, o Estado possui a competência para exercer a competência legislativa plena a respeito do assunto, conforme



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 25
C

estabelece os parágrafos do artigo 24, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo assim, resta claro que o presente projeto trata de matéria a ser disciplinada pelo Estado do Paraná, de forma plena diante da inexistência de legislação federal. Logo, o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, merecendo prosperar nesta casa de leis.

Desse modo, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade e legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 16
C

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de abril de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE
ausente

Antônio Aguiar da Silva
Vice-presidente

Edson Praczyk
PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos



COMISSÃO DE SAÚDE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 843/11

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, dispõe sobre o volume máximo de som permitido em salas de cinema.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

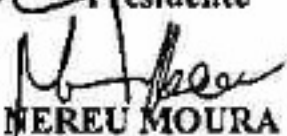
Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo impor regras aos proprietários de cinema que reproduzem filmes, de modo a fazê-lo em conformidade com os cuidados próprios para os seres humanos. Ao permanecer assistindo um filme ou outra projeção qualquer, pelo período de 1, 2 ou mais horas, o cidadão está em exposição a níveis de ruídos altíssimos e com isto a sua saúde posta em risco.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões,

21/05/12


DR. BATISTA
Presidente


NEREU MOURA
Relator





COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 843/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Luiz Eduardo Cheida, visa dispor sobre o volume máximo de som permitido em salas de cinema no Estado do Paraná, tendo como objetivo proteger a saúde, meio ambiente e a saúde das pessoas que frequentam cinemas.

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse público, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 04 de junho de 2012.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI 843/11

Projeto de Lei nº. 843/11

Autor: Dep. Luiz Eduardo Chelida

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O VOLUME MÁXIMO DE SOM PERMITIDO EM SALAS DE CINEMA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

FUNDAMENTAÇÃO


O presente PL, recebeu parecer favorável das seguintes comissões: Constituição e Justiça, Saúde Pública e Ecologia e Meio Ambiente. Estudos demonstram que a audição humana tolera, no máximo 92 Decibéis em até 03 horas de projeção, sendo que além disto já há o comprometimento da audição. Importante dizer que a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, de nº 15, já delimitou qual o limite suportado pelos ouvidos humanos

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 02 de Julho de 2012.


Deputado ANDRÉ BUENO
Presidente


Deputado TONINHO VANDSCHEER.
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 JUN. 2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 267/12

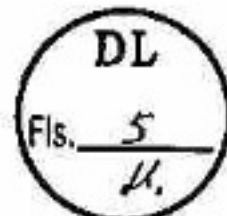
Súmula: Concede o Título de
Cidadão Benemérito do Estado do
Paraná ao Senhor ROBERSON
LUIZ BONDARUK.

Art. 1º Fica Concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do
Paraná ao Senhor ROBERSON LUIZ BONDARUK.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

[Signature]
MIGUEL MORAES
Deputado Estadual

15025 13/06/2012 08:35:24 MP ASSINADO EM 13/06/2012 08:35:24



JUSTIFICATIVA:

Tal proposição tem como objetivo homenagear um grande cidadão paranaense, o Coronel e Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, o Sr. Robertson Luiz Bondaruck, que com zelo e apreço, vem desenvolvendo por nosso estado atividades de suma importância na área da segurança pública, apresenta a sociedade paranaense um currículo invejável de serviços prestados, a justa homenagem que se presta com este projeto vem demonstrar a gratidão da sociedade paranaense a este nobre cidadão.

Segue para efeito de ilustração o curriculum vitae do Coronel Roberson Bondaruk.

ROBERSON LUIZ BONDARUK

Brasileiro

Casado

49 anos

1. Idiomas que domina

Inglês (lê, escreve e fala)

Espanhol em nível avançado.

2. Posto:

Coronel do Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Paraná.

3. Função que exerce atualmente:

Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná

4. Promoções:

- a. Assentou praça na Corporação em 16 fevereiro 1.981, como cadete do 1º CFO (Curso de Formação de Oficiais);
- b. Cadete do 2º CFO em dezembro de 1.981;
- c. Cadete do 3º CFO em dezembro de 1.982;
- d. Aspirante a oficial PM em 09 de dezembro de 1.983;
- e. 2º Tenente por merecimento, em 09 de dezembro de 1.984;
- f. 1º Tenente por Antiguidade, em agosto de 1.989;
- g. Capitão por merecimento, em outubro de 1.994;
- h. Major por merecimento, em agosto de 2.002;
- i. Tenente-Coronel por merecimento, em agosto de 2.005;
- j. Coronel por merecimento, em 22 fevereiro 2.007.

5. Unidades da Corporação onde serviu e funções exercidas:

- a. Companhia de Polícia de Choque de 1.983 à 1.986, como comandante do 3º Pelotão de Polícia de Choque, Comandante do Canil Central da PMPR e Oficial P/4 (logística);
- b. Instrutor da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) de 1.984 a 2.007;
- c. Regimento de Polícia Montada (RPMon) de 1.986 à 1.993, comandante do 1º Pelotão do 1º Esquadrão de Polícia Montada; criador/Coordenador do Projeto de Hipoterapia para reabilitação de crianças e adultos carentes, com comprometimento neuromuscular grave a partir de 1.992;
- d. Academia Policial Militar do Guatupê de 1.993 à 1.994, como subcomandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças;
- e. Casa Militar em 1.994, Comandante do Corpo de Segurança Pessoal do Governador do Estado;
- f. Regimento de Polícia Montada de 1.995 à 1.996, Comandante do 1º Esquadrão de Polícia Montada e Adjunto da 3ª Seção do Estado Maior (EM) (planejamento); Coordenador do Projeto Formando o Cidadão, para meninos de rua, nos anos de 1.995 e 1.996 na mesma unidade;

- g. **3ª Seção do EM (seção de planejamento) do Comando do Policiamento da Capital, de 1.997 à 2.003, Criador/Coordenador do Projeto Criança em Segurança, projeto para atendimento a crianças e adolescentes "de rua" em Curitiba e Região Metropolitana, em parceria com a Fundação de Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba (FAS/PMC), no mesmo período. Coordenou neste período, a elaboração do Projeto de Polícia Comunitária da Polícia Militar do Paraná em agosto de 2.001, tendo sido seu Coordenador até agosto 2.003;**
- h. **Instrutor de Polícia Comunitária da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no período de agosto de 2.000 até o presente momento;**
- i. **Coordenador do Curso Nacional de Polícia Comunitária em Curitiba, promovido por aquela Secretaria Nacional em outubro de 2.002, do qual participaram Delegados da Polícia Civil, Oficiais da Polícia Militar e Inspetores da Polícia Rodoviária Federal dos Estados do PR, SP, RS, SC, RJ, PE, MS, MT e ES;**
- j. **Instrutor do 1º Curso de Polícia Comunitária do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, em agosto de 2.003;**
- k. **Conselheiro do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPEP) de 2.003 a 2.007 (dois mandatos) cumulativamente com as outras funções dentro da PMPR;**
- l. **5ª Seção do Estado-Maior da PMPR (Seção de Comunicação Social) na qualidade de Chefe da seção, entre julho de 2.003 e julho de 2.004;**
- m. **Organizador/Coordenador e Debatedor do 1º Seminário contra o Racismo e a Violência Policial, pela PMPR, em Curitiba-Pr em junho de 2.004;**
- n. **Coordenador das Atividades Comemorativas do Dia Internacional de Luta Contra o Trabalho Infantil, pela PMPR, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, evento que contou com a participação de 2.000 crianças de escolas públicas de Curitiba-Pr e Região Metropolitana em 19 de junho de 2.004;**
- o. **Organizador e debatedor da 2ª Jornada Científica de Combate à Violência Doméstica Contra a Criança e Adolescente em Curitiba-Pr,**

- pela PMPR, em parceria com o Centro de Combate à Violência Infantil (CECOVI) em 19 de junho de 2.004;
- p. **Organizador da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos**, pela PMPR, nos dias 29 e 30 de maio de 2.004, enquanto exercia função de Conselheiro do COPED;
- q. **Delegado eleito para representar o Paraná, na Conferência Nacional de Direitos Humanos/2.004**, na Câmara dos Deputados em Brasília - DF, de 29 de junho a 02 de julho de 2.004, na qual se buscou a reestruturação de todo o sistema de proteção aos Direitos Humanos no Brasil, sendo um dos signatários da Carta de Brasília para os Direitos Humanos;
- r. **Criador/Coordenador da Câmara Técnica de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG)**, durante reunião extraordinária do CNCG, ocorrida durante a Conferência da IACP (*International Association of Chiefs of Police*), para a América Latina, em Foz do Iguaçu - Pr, de 16 a 18 de outubro de 2.005;
- s. **Participou na Coordenação da Audiência Pública de Londrina-PR**, promovida pelo COPED, a fim de se levantar acusações de abusos contra os DH naquela cidade, em 15 de abril de 2.005;
- t. **Coordenador da Conferência Estadual de Direitos Humanos do Paraná**, pela PMPR, como conselheiro do COPED, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Curitiba - Pr de 26 a 27 de agosto de 2.005;
- u. **Academia Policial Militar do Guatupê, de São José dos Pinhais - Pr**, tendo respondido pelo Subcomando da unidade em durante o mês de agosto de 2.004, bem como pela Divisão de Ensino da Unidade;
- v. **Regimento de Polícia Montada, Curitiba -Pr**, como Subcomandante de setembro de 2.004 a 20 de abril de 2.005, período em que reativou o Programa de Hipoterapia para reabilitação de crianças e adultos carentes, com comprometimento neuromuscular grave, que passou a atender 103 pessoas nessa condição;
- w. **Regimento de Polícia Montada, Curitiba -Pr**, como Comandante, entre 20 de abril de 2.005 e 20 de abril de 2.007, Coordenador do Projeto

Formando o Cidadão, para meninos de rua, nos anos de 2.005 e 2.006 na mesma unidade;

- x. **SubChefia do Estado Maior da PMPR, Curitiba** –Pr, como Subchefe, entre abril 2.007 e março de 2.009 e, **Coordenador Educacional do Programa Estadual de Resistência às Drogas e à Violência do Paraná (PROERD/PR), Coordenador do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Paraná (PROVITA/PR)** pela PMPR, cumulativamente, de 2.007 a 2.009;
- y. **Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais** – Pr, onde assumiu a função de Comandante de 02 março de 2.009 até 01 mai 2011. Coordenou o 1º Encontro para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, no dia 15 de junho de 2010, com a participação do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso/PR, Conselho Estadual dos Direitos do Idoso/SC e Conselho Estadual dos Direitos do Idoso/RS, além de representantes da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), onde foram apresentadas as conclusões da Pesquisa "A Segurança da Pessoa Idosa na Região Sul", pesquisa coordenada pelo Comandante da Academia, na qual foram entrevistados 3556 idosos nos três estados, além de levantamentos nos bancos de dados de ocorrências da Polícia Militar do Paraná.
- z. **Diretor de Ensino e Pesquisa da PMPR** cumulativamente com o Cmdo da APMG de junho de 2010 ate 01 mai 2011.
- aa. Por ato do Governador do Estado do Paraná, através do Decreto 3.385, nomeado Comandante-Geral da PMPR, em 29 de novembro de 2011.

6. Cursos realizados em Instituições Militares:

Legenda: ---- Evento local e regional

— Evento nacional

— Evento Internacional

- a. **Curso de Formação de Oficiais**, de 16 de fevereiro de 1.981 à 09 de dezembro de 1.983, na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), São José dos Pinhais – Pr, com duração de 3.840 horas/aula (reconhecido como curso de nível superior através da homologação pelo MEC ao

parecer nº 400/82, do Conselho Federal de Educação, publicado no DOU nº 170 de 06 de setembro de 1982) - 6º colocado;

- b. **Curso de Técnica de Policiamento Montado**, em Brasília/DF, no 1º Regimento de Polícia Montada "Cel Francisco Rabelo Leite Neto" da Polícia Militar do Distrito Federal, de 01 de abril à 07 de julho de 1.987, com duração de 380 horas/aula- 1º Colocado;
- c. **Curso de Técnica de Ensino**, na Academia da Polícia Militar do Guatupê (APMG), São José dos Pinhais -Pr, de 01 de fevereiro a 04 de maio de 1.993, com duração de 400 horas/aula - 1º Colocado;
- d. **Curso de Atualização Profissional em Segurança de Dignitários** na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), São José dos Pinhais- Pr, de 16 a 27 de novembro de 1.993, com duração de 110 horas/aula;
- e. **Curso de Gerenciamento de Crises (Ações Anti-Sequestro)**, promovido pela Polícia Militar do Paraná, no Quartel do Comando Geral em Curitiba/PR de 28 de novembro a 02 de dezembro de 1.994, com duração de 40 horas/aula;
- f. **Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais** promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo - Sp no Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores (CAES/PMESP), de fevereiro à julho de 1.996 , com duração de 520 horas/aula - 3º colocado;
- g. **Curso Nacional de Polícia Comunitária**, promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, na Academia Policial Militar do Barro Branco da Polícia Militar do Estado de São Paulo (APMBB/PMESP), em São Paulo/SP, de 20 de novembro a 08 de dezembro de 2.000, com duração de 90 horas/aula;
- h. **Curso de Controle de Distúrbios Cíveis** na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), em São José dos Pinhais/PR de 08 de outubro a 12 de dezembro de 2.001, com duração de 300 horas/aula;
- i. **Curso Superior de Polícia** ao nível estratégico de Doutorado em Estratégias de Segurança Pública na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em São José dos Pinhais/PR, de 10 de abril a 09 de agosto de 2.006, com duração de 468 horas/aula - 2º colocado.

7. Cursos realizados em Instituições Cíveis:

- a. **Curso de Racionalização do Trabalho**, promovido pela Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná(FIDEPAR), de 13 a 22 de julho de 1.981, com duração de 38 horas/aula;
- b. **Curso de Metodologia de Pesquisas Aplicadas**, promovido pela Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná (FIDEPAR), de 04 de outubro a 10 de novembro de 1.982, com duração de 40 horas/aula;
- c. **Curso de Emergência Radiológica**, promovido pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), de 28 de agosto a 01 de setembro de 1.989 com duração de 30 horas/aula;
- d. **Curso sobre Aspectos Biomédicos, Psicológicos e Assistenciais na Prevenção da AIDS**, Curitiba –Pr, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba e Associação Solidários pela Vida (SOVIDA), de 28 de junho de 1.995 a 01 de julho de 1.995, com duração de 15 horas/aula;
- e. **Curso de Doma Racional e Apresentação do Cavalo de Pista**, em Andradina – Sp, de 11 de fevereiro a 11 de março de 1.987, com duração de 150 horas/aulas;
- f. **Curso de Prevenção ao Uso de Entorpecentes**, Curitiba- Pr, no Conselho Estadual de Entorpecentes do Paraná (CONEN/PR) – 1.996, com duração de 30 horas/aula;
- g. **Curso de Aspectos Biomédicos, Psicológicos e Assistenciais na Prevenção e Combate à DST/AIDS**, Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba – Pr, em 1.996, com duração de 15 horas/aula;
- h. **Curso Windows 95**, promovido pelo Conselho Estadual de Informática e Informações (CEI), da Secretaria de planejamento e Coordenação Geral, do Governo do Estado do Paraná, em Curitiba - Pr de 16 a 20 de junho de 1.997, com duração de 20 horas/aula;
- i. **Curso de Direito Internacional dos Direitos Humanos**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) , Curitiba –Pr, 16 e 17 de julho de 2.004, com duração de 12 horas/aula;

- J. Curso de Bacharelado em Direito pela PUCPR, no Campus 1, Curitiba/PR, concluído em 2.004, com duração de 4104 horas/aula.

8. Condecorações:

- I. **Medalha Policial Militar de Bronze** (dez anos de serviço sem punições) em 16 de fevereiro de 1.991.
- II. **Medalha Policial Militar de Humanidade** (resgate de acidentado) em 1.994.
- III. **Medalha Policial Militar de Honra ao Mérito Escolar "Prêmio Coronel João Gualberto"** (3º lugar no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Polícia Militar do Estado de São Paulo) em 12 de março de 1.997.
- IV. **Medalha Policial Militar de Prata** (20 anos de serviço sem punições) em 18 de fevereiro de 2.001.
- V. **Medalha do Mérito Social da Cruzada Cosme e Damião**, por relevantes serviços prestados à questões sociais, em 2.004.
- VI. **Medalha Sesquicentenário da PMPR**, em 10 de agosto de 2.004;
- VII. **Comenda "Policial Nota 10"**, concedido pelo UNICONSEG, União dos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná 2.005.
- VIII. **Medalha "Soldado da Paz"**, concedida pela Associação do Veteranos do Batalhão Suez do Rio Grande do Sul/RS (Prêmio Nobel da Paz - 1988), "por serviços prestados à causa da Paz e pela preservação da Humanidade" em 12 de agosto de 2.005.
- IX. **Medalha da Ordem dos Cavaleiros Honorários** (criada pela Resolução 001 de 02/02/79 da 4ª C.P.A. PMERJ), concedido pelo Regimento Cel Enr Cony dos Santos, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 28 outubro de 2.005.
- X. **Medalha Governador Ney Braga**, concedida pela Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Paraná, pelo apoio prestado à Comunidade paranaense e aos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná, em dezembro de 2.005.
- XI. **Medalha "Sesquicentenário da Banda de Música da PMPR"**, concedida pela Polícia Militar do Paraná, em 19 de novembro de 1.997.

- XII. **Medalha Coronel Sarmiento**, por relevantes serviços prestados à Polícia Militar do Paraná, em 17 maio de 2.008.
- XIII. **Medalha Policial Militar de Ouro**, por 30 anos de serviço sem punições em 08 junho de 2.008.
- XIV. **Medalha Amizade Maçônica**, concedida pelo Grande Oriente do Paraná em 13 agosto de 2.008.
- XV. **Medalha Heróis da Cavalaria**, concedido pelo Regimento de Polícia Montada "Cel Dulcídio" por relevantes serviços prestados àquela Unidade PM, em 25 junho de 2.009;
- XVI. **Medalha Cinquentenário do Colégio da PMPR**, em 10 maio de 2.010.
- XVII. **Medalha Amigo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conferida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, por proposição do Comandante-Geral da PMSC, em 30 abril de 2.012.**
- XVIII. **Comenda Cel. PM JULIO BONO NETO, concedida pelo Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, pela abnegação, dedicação e capacidade profissional, bem com a contribuição e estímulo ao exercício da cidadania pelo segmento militar, em 23 de maio de 2012.**

9. Premiações:

- I. **Prêmio Black Belt Award**, concedido pela *International Ryu Kyu Karate Jutsu Kai*, com sede em Londres, Inglaterra, pelo incentivo dado à difusão da prática de artes marciais, como preparação profissional quanto a técnicas de sobrevivência policial e defesa pessoal, dentro da PMPR, concedido em Londres, 01 de março de 2.002;
- II. **Prêmio "Melhores do Ano 2.003/2.004"** pela Revista "Destaque" e "K.O." Comunicações Rádio e Televisão, pelo seu trabalho à frente da 5ª Seção da PMPR (Seção de Comunicação Social) em 2.004;
- III. **Prêmio "Melhores do Ano 2.007/2.008"** da Revista "Destaque" e "K.O." Comunicações Rádio e Televisão, pelo seu trabalho à frente da Subchefia do Estado Maior da PMPR, em novembro de 2.008;

- IV. **Prêmio Hermes de Inovação (*Hermé de Innovation*)**, concedido pelo Instituto Europeu de Inovação e Novas Tecnologias com sede em Paris, pelo projeto Design Contra o Crime em parceria com o SENAI/PR em 25 maio 2.009;
- V. **Prêmio "Ação de Reconhecimento da Caixa"**, pelo Projeto Lotéricas Mais Seguras, desenvolvido em parceria com a Caixa Econômica Federal, para a melhoria da segurança de casas lotéricas em todo o Brasil, em 06 abril 2.010;
- VI. **Prêmio "Personalidades Empreendedoras do Paraná 2.010"**, em 28 abril 2.010, concedido pela Assembleia Legislativa do Paraná, por relevantes serviços prestados em prol da sociedade, por proposição do Deputado Estadual Luiz Cláudio Romanelli.
- VII. **Prêmio "Personalidades Empreendedoras do Paraná 2.012"**, em 10 de maio de 2.012, concedido pela Assembleia Legislativa do Paraná, por relevantes serviços prestados em prol da comunitarização da Polícia Militar, por proposição da Deputada Estadual Rose Litro.
10. **Títulos, votos de louvor e outras honrarias:**
- I. **Referência Elogiosa da Comunidade "Nikkei" do Paraná** (Comunidade Japonesa do Paraná), pelo planejamento e execução da Operação Imperador do Japão, quando da visita do Casal Imperial do Japão a Curitiba/PR em 11 de junho de 1.997 (ref. Of. Sr Teichun Hiramatsu, Presidente da Comissão Organizadora da Recepção do Casal Imperial do Japão, datado de 17 de junho de 1.997- BI/CPC nº 115- 20 jun 1.997);
- II. **Honra ao Mérito** concedida pela Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV) pelo planejamento e coordenação do serviço de segurança pública prestado pela Polícia Militar do Paraná, durante o XXVII Congresso Brasileiro de Agentes de Viagem (ABAV'99) em 02 de outubro de 1.999;
- III. **Elogio Individual do Comandante do Policiamento da Capital, Cel QOPM Darci Dalmas**, por trabalho à frente da Seção de Planejamento do Comando do Planejamento da Capital (P/3-CPC), em 15 dezembro 2.000;

- IV. **Título de "Servidor Público Padrão"**, conferido pela Câmara Municipal de Curitiba, por proposta do Vereador Jair César, em novembro de 2.004;
- V. **Título de "Personalidade dos CONSEGs"**, conferido pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, pela participação na reorganização dos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná (CONSEGs) em 2.005;
- VI. **Diploma "Cidadão Bem Eficiente"** concedido pelas entidades beneficentes Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial (AFECE), Hospital Pequeno Príncipe, Associação Pequeno Cotelengo e Associação de Socorro aos Necessitados, pela colaboração na construção de escola para crianças com deficiência, em 03 de junho de 2.005;
- VII. **Voto de Congratulações e Aplausos**, concedido pela Câmara Municipal de Curitiba, por requerimento do Vereador Ney Leprevost, por ocasião do lançamento do livro "Manual de Policiamento Montado Comunitário" em 27 de junho de 2.005;
- VIII. **Voto de Louvor e Congratulações**, pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana, pela Câmara Municipal de Curitiba - Pr, por requerimento do Vereador Ângelo Batista, em 03 de fevereiro de 2.006;
- IX. **Voto de Louvor**, pelo lançamento do livro "O Império das casas abandonadas; crianças e adolescentes de rua e a polícia", pela Câmara Municipal de Curitiba - Pr, por requerimento dos Vereadores Ney Leprevost e Ângelo Batista, em 21 de fevereiro de 2.006;
- X. **Diploma da Câmara Municipal de Curitiba -Pr**, por sua participação na Tribuna Livre da Sessão Ordinária do dia 08 de novembro de 2.006, com a palestra "Arquitetura contra o Crime", a convite do Presidente da Câmara, vereador João Cláudio Derosso;
- XI. **Certificado de Louvor Imobiliário e Condominial**, concedido pelo Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná (SECOVI/PR), Curitiba - Pr, por proferir palestra sobre "A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano" durante a Semana do Síndico SECOVI/PR, em 28 de novembro de 2.007;
- XII. **Voto de Aplauso da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco**, em Recife -Pe, pela participação como palestrante no 1º Mega Encontro dos Empresários Lotéricos do Nordeste, por requerimento



do Dep.Est. Eriberto Medeiros (of. Sec. nº 00610/2008, de 18 agosto de 2.008, requerimento nº 2339/2008);

- XIII. **Título de Ilustre Visitante**, concedido pela *Municipalidad de Oberá, Misiones, Argentina* em 27 de novembro de 2.008, quando da participação nas comemorações dos 80 anos daquela cidade como *disertante* (palestrante) sobre "Arquitetura contra o Crime", no *II Seminario sobre Seguridad Publica: Trata de Personas*.
- XIV. **Diploma de Colaborador Emérito do Exército**, concedido pelo Comando Militar do Sul, em solenidade na Sede da 5ª RM/DE - Curitiba-PR, no dia 19 de abril de 2.012.

11. Serviços prestados à Comunidade:

- a. Participante da **Associação Solidários pela Vida Sóvida**, (entidade reconhecida de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal, inscrita no CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, Processo nº 28987.012962/95-18, deferido em 22 de maio de 1.995), como **Diretor Cultural** entidade filantrópica de combate à AIDS desde sua criação em 1.993, tendo sido **Vice-Presidente** na gestão 94/95, entidade que mantém o único hospital especializado em soropositivos de Curitiba - PR;
- b. Voluntário atuante, junto à **Associação Lar Moisés** desde 1.996, entidade que abriga crianças carentes, no Bairro Cajuru, em Curitiba - PR;
- c. Voluntário atuante, junto à **Casa dos Meninos de Quatro Pinheiros**, no Município de Mandrituba- Pr, Região Metropolitana da Curitiba -PR, que abriga e trata 70 crianças e adolescentes egressos das ruas, envolvidos com tráfico e abuso de drogas e violência;
- d. Voluntário atuante, junto **Associação Paranaense de Apoio à Criança com Câncer (APPAC)** em Curitiba - PR, que atende crianças carentes com câncer.

12. Intercâmbio:

De 1º abril a 12 de maio de 1.999 fez do Intercâmbio de Grupo de Estudos do Rotary Club Internacional entre os Distritos 4730 de Curitiba - PR e o Distrito 9470 de Perth, *estem Austrália*, além de estudos em Melbourne, (Estado de Victoria) e Sidney (Estado de New South Wales) na Austrália, estudos estes sobre a organização do sistema policial e de segurança nas cidades visitadas.

13. Produção Literária:

- 1) BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Manual de Segurança Comunitária**. Curitiba - Pr, 2.004. 98p. (PDF disponível no site www.antidelito.net); ISBN 85-905900-9-7
- 2) BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. 2ª ed. Curitiba- Pr, Comunciare, 2.004. 167 p.; ISBN 85-910635-0-3
- 3) BONDARUK, Roberson Luiz. **O Império das casas abandonadas: crianças e adolescentes de rua e a polícia**. Roberson L. Bondaruk. Curitiba - Pr, 2.005, 137 p. (também em PDF disponível no site www.antidelito.net); ISBN 85-905900-1-1
- 4) LOBO, Jorge Luiz Farlas; ZELINSKI, Cezar Renato; BONDARUK, Roberson Luiz. **Manual do Instrutor da PMPR**. Curitiba - Pr, J.L.F.Lobo, 2.006, 169p.; ISBN 85-905900-2-X
- 5) BONDARUK, Roberson Luiz. **Manual do policiamento montado comunitário**. Curitiba-Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.006, 167p.; ISBN 85-910635-6-2
- 6) BONDARUK, Roberson Luiz. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba - Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.007, 328p. ISBN 978-85-905900-3-3
- 7) BONDARUK, Roberson Luiz. **Manual do palestrante**. Curitiba - Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.008, 160p.; ISBN 978-85-905900-4-0

- 8) BONDARUK, Roberson Luiz. Design contra o crime: prevenção situacional do delito através do design de produtos. Curitiba – Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.008. 152p.;
ISBN 978-85-905900-8-8
- 10) BONDARUK, Roberson Luiz. Nossas casas mais seguras: prevenção do crime através da arquitetura ambiental. Curitiba - Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.006. 31p. Cartilha;
ISBN 978-85-910635-1-2
- 11) BONDARUK, Roberson Luiz. Nossos condomínios mais seguros. Curitiba-Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.007. 41p. Cartilha.
ISBN 978-85-905900-6-4
- 12) BONDARUK, Roberson Luiz. Casas lotéricas mais seguras. Curitiba – Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.008. 35p. Cartilha;
ISBN 978-85-905900-7-1
- 13) BONDARUK, Roberson Luiz. Nossos municípios mais seguros: o papel dos municípios na segurança do cidadão. Curitiba –Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.009. 32p. Cartilha;
ISBN 978-85-910635-3-6
- 14) BONDARUK, Roberson Luiz. Por um comércio mais seguro. Curitiba- Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.009. 23p. Cartilha;
ISBN 978-85-910635-2-9
- 15) BONDARUK, Roberson Luiz. Cartilha de segurança feminina. Curitiba – Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.010. 36p. Cartilha;
ISBN 978-85-910635-4-3
- 16) BONDARUK, Roberson Luiz. Cartilha de segurança para pessoas idosas. Curitiba – Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.010. 36p. (em fase de edição, lançamento em jun 2010) Cartilha;
ISBN 978-85-910635-5-0
- 17) BONDARUK, Roberson Luiz. Manual do entrevistado pela mídia. Curitiba – Pr, Roberson L. Bondaruk, 2.010. 135p. (em fase de edição, lançamento em jun 2010).
ISBN 978-85-905900-5-7

Cartilhas e livros em PDF disponíveis para download no site www.antidelito.net.

14. Palestras Ministradas:

14.1 Palestras em português:

a. Palestras sobre Segurança Pública

- 1) No Rotary Club Gralha Azul em Curitiba - PR, em agosto de 1.999;
- 2) Na Escola Municipal Helena Vladmira Antipof (Rua Joaquim Cardoso da Silveira, 185, Boqueirão Curitiba - PR) em 05 de abril de 2.000;
- 3) Na Universidade UniAndrade, Curitiba - PR, (Campus da rua Dr Muricy, 706), em 27 de abril de 2.000;
- 4) Na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) Campus I, Curitiba - Pr, em 31 de maio de 2.000, para alunos do 3º ano de Jornalismo e 2º ano de Comunicação Social;
- 5) No Rotary Club Guabirota em Curitiba - PR, em 08 de agosto de 2.000;
- 6) Na sede da Tritec Motors, em Campo Largo - PR, em 08 de maio de 2.002;
- 7) No Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II), da Força Aérea Brasileira, em Curitiba - PR, em 10 de maio de 2.002;
- 8) Na sede da Philip Morris do Brasil, Curitiba - PR, (Av João Gualberto, 241), em 15 de maio de 2.002;
- 9) Na Prosegur do Brasil, em Curitiba - PR, em 30 de agosto de 2.002;
- 10) No Rotary Club de São José dos Pinhais - PR, em 11 setembro de 2.002;
- 11) No Rotary Club III Milênio em Curitiba - PR, em 12 de setembro de 2.002;
- 12) No Banco Central do Brasil, Curitiba - PR, (Rua Carlos Pinli, 133), em 28 de setembro de 2.002;
- 13) Na Paraná Clínicas, Curitiba - PR, (Av 7 setembro, 4713), em 20 de setembro de 2.002;
- 14) Na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) em 21 de outubro de 2.002;

- 15) Na sede da Associação Comercial de Curitiba - PR em 29 de outubro de 2.002 sobre Segurança Pública;
- 16) Na sede do Grupo Metropolitana, Curitiba- PR, (Av. Mal. Floriano), PR, em 05 de novembro de 2.002;
- 17) Na Fundação de Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba - PR, (Rua Eduardo Sprada, 4520), em 23 de novembro de 2.002;
- 18) No Rotary Club Curitiba Oeste em Curitiba - PR, em 10 de dezembro de 2.002;
- 19) Na sede da Tritec Motors, em Campo Largo - PR, em 26 de março de 2.003;
- 20) No Curso e Colégio OPET, Curitiba - PR, (Av. Iguaçu), em 24 de abril de 2.003;
- 21) Na Facinter Curitiba - PR (Rua Saldanha Marinho), para o Curso de Jornalismo, em 02 de junho de 2.003;
- 22) Na Viaplan em Curitiba - PR, em 22 de julho de 2.003;
- 23) No Conselho Comunitário de Segurança de Campo Grande - MS, em agosto de 2.003;
- 24) Na DW do Brasil, (Rua João Betega), Curitiba - PR, em 24 de setembro de 2.003;
- 25) No Rotary Club Batel, Curitiba - PR, em 26 de novembro de 2003;
- 26) Na Prosegur do Brasil, em Curitiba - PR, em 11 de dezembro de 2.003;
- 27) Na AAM do Brasil, Araucária - PR, Região Metropolitana de Curitiba- Pr, em 17 de dezembro de 2.003;
- 28) Na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba - PR, (PUC/PR) Campus I, para o 7º Período de Jornalismo, a convite da Prof. Maria Regina Taborda Ribas em 26 de maio de 2.004;
- 29) Na sede da Herbarium, Curitiba - PR (Rua Mauá) em 14 julho 2.004;
- 30) No complexo industrial da Herbarium em Colombo, Região Metropolitana de Curitiba, em 15 de julho de 2.004;
- 31) Na Philip Morris, em Curitiba- PR (sede na Rua Cel. João Gualberto) em 19 de julho de 2.004;
- 32) No Conjunto Residencial Alpha Ville, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, no dia 10 de Agosto de 2004.

- 33) No conjunto residencial Alpha Ville, Pinhais - PR, Região Metropolitana de Curitiba, no dia 11 de Agosto de 2.004;
- 34) Na Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti, Campus Barigüi, Curitiba - PR, para o 10º Período, sob responsabilidade do Prof Carlos Roberto Bacilla, em 01 outubro de 2.004;
- 35) Na Prosegur do Brasil, Curitiba - PR, em novembro de 2.004;
- 36) No Encontro de Lideranças do Grande Bairro Alto, Curitiba -PR, em 21 maio 2.005;
- 37) Na ASPRO do Brasil, Campo Largo - PR, em setembro de 2.005;
- 38) Na ASPRO do Brasil, Campo Largo - PR, em dezembro de 2.005;
- 39) Na DW do Brasil, Curitiba - PR, sobre o tema Segurança Pública e Polícia Comunitária, em 20 de setembro de 2.006;
- 40) No Hotel Crown Plaza, para a Câmara Brasil - Alemanha, Curitiba - Pr, em 10 de outubro de 2006;
- 41) Na Esso do Brasil, sede Curitiba - PR, em 13 de dezembro de 2.006;
- 42) Na Esso do Brasil, sede Curitiba - PR, no dia 28 de setembro de 2.007;
- 43) Na Esso do Brasil, sede Curitiba - PR, no dia 22 de agosto de 2.008;
- 44) Movimento de Cursilhos de Cristandade da Igreja Católica, em Curitiba - Pr, em 16 de março de 2.009;
- 45) Na Igreja do Carmo, em Curitiba - PR, para pessoas da comunidade católica local, em 22 de março de 2.009;
- 46) No Ginásio Municipal Ney Braga, em São José dos Pinhais - PR, sobre Segurança da Pessoa Idosa, para pessoas idosas da comunidade, promovida pela Prefeitura Municipal, em 29 de setembro de 2.009;
- 47) Na sede da Associação dos Supermercados do Paraná (APRAS) em Curitiba- PR, sobre Segurança no Comércio, para comerciantes da rede de supermercados de Curitiba e Região Metropolitana, em 07 de outubro de 2.009;
- 48) Na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho/2009 (SIPAT/2009), para funcionários do Jornal Gazeta do Povo em Curitiba - PR, dias 21 e 22 de outubro de 2.009;
- 49) No Congresso "Bioética: início da vida em foco"-2.009, Curitiba - PR, com o tema "Bioética, violência urbana e crianças de rua", no Campus I

da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, para pesquisadores e alunos, dia 04 de novembro de 2.009;

50) Na sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba – PR, sobre Segurança da Pessoa Idosa, em 17 de março de 2.010;

51) Na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, (UFPR), em Curitiba – PR, no Setor de Educação, sobre Segurança Feminina, durante a cerimônia de lançamento da Cartilha de Segurança Feminina em 18 de março de 2.010.

52) Na Casa Santo Antonio (Retiro), em Curitiba-PR, sobre "O líder e seus caminhos", em 11 março 2012.

53) No Colégio Maria Marli Piovesan, em Curitiba-PR, sobre a "Implantação das UPS no Estado do Paraná", em Curitiba-PR, no dia 7 março 2.012.

54) Na Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil – AME BRASIL, sobre o tema "A Polícia Militar e a Segurança Pública", em data de 23 de maio de 2012.

b . Palestra sobre Polícia Comunitária

52) Academia Policial Militar do Guatupê em São José dos Pinhais – PR, para alunos do Curso de Formação de Oficiais/PM em 20 de dezembro de 2.002;

53) No Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, Curitiba – PR, para os Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná em 16 de dezembro de 2.002;

54) No Conselho Comunitário de Segurança de Pinhais – PR, em 19 de setembro de 2.002;

55) Na Escola da Polícia Civil do Paraná, Curitiba – PR, para alunos do Curso de Auxiliares de Necropsia, em novembro de 2.004;

56) No Colégio Estadual Stella Maris em Curitiba - PR, para o Conselho Comunitário de

Segurança do Juvenil, em 23 de junho de 2.005;

57) No Teatro Municipal de Morretes – PR, para a comunidade morreteana, sobre Polícia

Comunitária em 03 de outubro de 2.005;

58) No Curso de Capacitação para os Conselhos de Segurança do Paraná em Cascavel –

PR, em 22 de outubro de 2.005;

59) No Congresso Internacional de Polícia Comunitária, sobre o tema Projeto POVO –

Polícia Comunitária, nos dias 21 (Curitiba - PR), 23 (Londrina - PR) e 25 (Foz do

Iguaçu - PR) de novembro de 2.005;

60) No Congresso Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança(CONSEGS) em

Curitiba – PR , sobre o tema Polícia Comunitária e Arquitetura Contra o Crime, em

10 de dezembro de 2.005;

61)No 13º Batalhão de Polícia Militar, em Curitiba – PR, para o Curso de Formação

de Soldados PM, em 22 de agosto de 2.006;

62) Na sede do Batalhão de Polícia Rodoviária, Curitiba – PR, para policiais militares

do Projeto Segurança Social, da PMPR, em 10 de novembro de 2.009;

c. Palestras sobre Direitos Humanos

63) Na Universidade do Brasil (UNIBRASIL), em Curitiba - PR, sobre o Tema Direitos

Humanos e o Trabalho Policial, a convite do Prof Felipe Prando, para o 4º Período

de Direito, na disciplina de Direitos Humanos, em junho de 2.004;

64) Participou sendo Debatedor do 1º Seminário contra o Racismo e a Violência

Policial, em Curitiba - PR, em junho de 2.004;

65) Participou como Debatedor da 2ª Jornada Científica de Combate à Violência

Doméstica Contra a Criança e Adolescente em Curitiba - PR, em parceria com o

CECOVI, Centro de Combate à Violência Infantil em 19 de junho de 2.004;

66) No Centro de Combate à Violência Infantil - CECovi, em Curitiba - PR, sobre o

Estatuto da Criança e do Adolescente, no tema violência infantil doméstica em 12

de novembro de 2.005;

67) Na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, no II Seminário de

Enfrentamento da Violência Contra a Criança e o Adolescente, em 16 de

novembro de 2.005;

68) No Rotary Club III Milênio, em Curitiba- PR, sobre as pesquisas na área da

infância e adolescência em situação de risco, com vistas à divulgação e venda do

Livro "O Império das Casas Abandonadas", com a finalidade de angariar

recursos para a Casa dos Meninos de Quatro Pinheiros em 02 de fevereiro de

2.006;

69) No Rotary Club Graha Azul em Curitiba - PR, sobre as pesquisas na área da

infância e adolescência em situação de risco, com vistas à divulgação e venda do

Livro "O Império das Casas Abandonadas", com a finalidade de angariar

recursos para a Casa dos Meninos de Quatro Pinheiros, em 06 de fevereiro de

2.006;

70) No Rotary Club Água Verde em Curitiba - PR, sobre as pesquisas na área da

infância e adolescência em situação de risco, com vistas à divulgação e venda do

Livro "O Império das Casas Abandonadas", com a finalidade de angariar

recursos para a Casa dos Meninos de Quatro Pinheiros, em 10 de fevereiro de

2.006;

71) No Rotary Club Araucária, Araucária - PR, Região Metropolitana de Curitiba,

sobre as pesquisas na área da infância e adolescência em situação de risco, com

vistas à divulgação e venda do Livro "O Império das Casas Abandonadas",

com a finalidade de angariar recursos para a Casa dos Meninos de Quatro

Pinheiros, em 13 de fevereiro de 2.006;

72) No Rotary Club Guabirota, em Curitiba- PR, sobre suas pesquisas na área da

infância e adolescência em situação de risco, com vistas à divulgação e venda do

Livro "O Império das Casas Abandonadas", com a finalidade de angariar

recursos para a Casa dos Meninos de Quatro Pinheiros, em 14 de fevereiro de

2.006;

73) No Rotary Club Santa Felicidade, Curitiba - PR, sobre suas pesquisas na área da

infância e adolescência em situação de risco, com vistas à divulgação e venda do

Livro "O Império das Casas Abandonadas", com a finalidade de angariar

recursos para a Casa dos Meninos de Quatro Pinheiros, em 15 de fevereiro de 2.006;

74) No Rotary Club São Braz, Curitiba – PR, sobre suas pesquisas na área da infância e

adolescência em situação de risco, com vistas á divulgação e venda do Livro

"O Império das Casa Abandonadas", com a finalidade de angariar recursos para a

Casa dos Meninos de Quatro Pinheiros, em 17 de fevereiro de 2006;

75) No Rotary Club São José dos Pinhais – PR, Região Metropolitana de Curitiba - PR,

sobre suas pesquisas na área da infância e adolescência em situação de risco,

com vistas á divulgação e venda do Livro "O Império das Casa Abandonadas",

com a finalidade de angariar recursos para a Casa dos Meninos de Quatro

Pinheiros em 27 de outubro de 2006;

76) Na sede da ONG Viva Rio, Rio de Janeiro - RJ, sobre Direitos Humanos da

criança e do adolescente, em 16 de novembro de 2006;

77) No Conselho Municipal Anti-drogas, Foz do Iguaçu- PR, sobre o tema Crianças

e Adolescentes de rua, em 08 de dezembro de 2006;

78) Na Faculdade de Estudos Sociais do Paraná (FESP), em Curitiba – PR, no

"Seminário Criança não é de Rua", em 13 abril de 2007;

79) Na Escola Penitenciária do Departamento Penitenciário da Secretaria de ,

Justiça do Estado do Paraná (DEPEN/SEJU/PR), Curitiba –PR, para agentes

penitenciários, durante o Curso de Capacitação em Direitos Humanos

promovido por aquela secretaria, em 05 de outubro de 2009;

d. Palestras sobre Mediação de conflito:

80) No Encontro Estadual da Patrulha Escolar Comunitária da PMPR, em Faxinal

do Céu - Pr, em novembro de 2004;

81) No Instituto de Defesa dos Direitos Humanos (IDHEA), Curitiba - PR, em

28 de agosto de 2004;

82) Na Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais - PR, para a

Patrulha Escolar Comunitária, no dia 16 de fevereiro de 2005;

83) Na Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais - PR, para a

Patrulha Escolar Comunitária, no dia 11 de março de 2005;

84) No encontro de Capacitação da Patrulha Escolar Comunitária, no Hotel

Camboa, Paranaguá- PR, em 07 de julho de 2005;

85) No Encontro Estadual de Policiais Militares da Patrulha Escolar Comunitária

Da PMPR, Faxinal do Céu - PR, em 12 e 13 de dezembro 2005, num total

de 04 quatro palestras (oficinas);

86) No Curso de Capacitação para a Patrulha Escolar da Guarda Municipal de

Curitiba - PR, em 10 de fevereiro de 2006;

87) Na Tribuna Livre da Câmara Municipal de Curitiba - PR, para os Vereadores

do município, em 08 de novembro de 2006;

88) No Curso de Capacitação para Patrulha Escolar, em Guaratuba - PR, em

30 de novembro de 2006;

89) No Instituto de Defesa dos Direitos Humanos (IDDEHA), Curitiba - PR, em

em 14 de julho de 2007;

90) Em Faxinal do Céu - PR, para a Patrulha Escolar Comunitária, em 19 de

julho de 2007;

91) Em Faxinal do Céu - PR, para a Patrulha Escolar Comunitária, em 02 de

outubro de 2007;

92) Em Faxinal do Céu - PR, para a Patrulha Escolar Comunitária, em 18 de

março de 2008.

e. Palestras sobre "A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano"

- 1) No Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA/PR), em Curitiba, para a Câmara Técnica de Arquitetura, em 11 de Setembro de 2006.
- 2) No Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA/PR), em Curitiba, para a Câmara Técnica de Engenharia, em 9 de Outubro de 2006.
- 3) Na Grande Loja Maçônica do Paraná, em Curitiba, em 11 de Outubro de 2006.
- 4) No Comando do Policiamento da Capital da PMPR, para Oficiais e Praças, em 19 de Outubro de 2006.
- 5) Na Sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA/PR), em Pato Branco/Pr, em 25 de Outubro de 2006, para arquitetos e engenheiros da região.
- 6) Na Câmara Municipal de Cascavel/PR, para Vereadores da cidade, em 26 de Outubro de 2006.
- 7) No Quartel do Comando Geral, para Oficiais e Praças da PMPR, em 09 de Novembro de 2006.

- 8) No 7º Encontro de Arquitetos e Urbanistas do Paraná, em Cascavel/PR, no dia 11 de Novembro de 2006.
- 9) Na Associação Comercial do Paraná, 1º Seminário de Segurança no Comércio, em 23 de Novembro de 2006.
- 10) No Rotary Club Barigui em Curitiba, em 29 de Março de 2007.
- 11) No Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em Florianópolis/SC, para o Colégio de Presidentes de CREAs do Brasil, em 27 de Novembro de 2006.
- 12) Na Associação Comercial do Paraná, sobre o tema, em Curitiba, em 28 de Novembro de 2006.
- 13) Em Guarapuava/PR, para a comunidade, em 06 de Dezembro de 2006.
- 14) Na Universidade Filadélfia de Londrina/PR, para acadêmicos de arquitetura e engenharia, professores e pessoas da comunidade, em 14 de Março de 2007.
- 15) Na sede da Caixa Econômica Federal, em Curitiba, para bancários, empresários lotéricos e pessoas da comunidade, em 23 de Março de 2007.
- 16) No empresa O Boticário, em São José dos Pinhais/PR, na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), em 29 de Março de 2007.
- 17) Na sede Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA/PR), em Curitiba, em 03 de Abril de 2007.
- 18) Na Câmara Municipal, em Irati/PR, para arquitetos, engenheiros e pessoas da comunidade em geral, em 24 de Abril de 2007.
- 19) Na Associação de Engenharia e Arquitetura de Maringá/PR para arquitetos e engenheiros da região, em 26 de Abril de 2007.
- 20) Na sede da Caixa Econômica Federal, em Curitiba, para empresários lotéricos em 15 de Maio de 2007.
- 21) Na sede da Prefeitura de Londrina, para vereadores e funcionários públicos municipais, em 17 Mai 2007.
- 22) No Curso de Capacitação para Patrulha Escolar da PMPR, em Guarapuava/PR, em 17 de Mai de 2007.
- 23) Na Faculdade Assis Gurgacz (FAG), em Cascavel/PR, em 21 de Maio de 2007.

24) Na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), na Semana Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, em 24 de Maio de 2007.

25) No Encontro Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), em Curitiba, 26 de Maio de 2007.

26) Na sede da Prefeitura da cidade de Londrina/PR, para funcionários da Prefeitura da cidade, com a presença de secretários municipais e do Prefeito Nedson Micheletti em 31 de Maio de 2007.

27) Na cidade de Londrina/PR, para a Câmara de Vereadores em 31 de Maio de 2007.

28) Na sede do 4º Batalhão de Polícia Militar em Maringá/PR, para policiais militares, funcionários da Prefeitura Municipal, com a presença do Secretário de Obras do Município, bem como arquitetos e engenheiros da cidade e pessoas da comunidade em geral, em 01 de Junho de 2007.

29) Na Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (SEDU/PR), para engenheiros, arquitetos e funcionários da secretaria em 04 de Junho de 2007.

30) No Clube Literário do Portão, para pessoas da comunidade, sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança na segurança pública, em 04 de junho de 2007.

31) Na Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná (SEPLAN/PR), sobre Planejamento Urbano e segurança pública em 12 de junho de 2007.

32) Na Associação de Arquitetura e Engenharia de Francisco Beltrão/PR, em 14 de junho de 2007.

33) Na União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC) para acadêmicos de arquitetura e engenharia, em Foz do Iguaçu/PR em 15 Jun 2007.

34) Na Universidade Filadélfia de Londrina/PR (Unifil) para acadêmicos de arquitetura, em 18 de Junho de 2007.

35) Na sede da Empresa Belgo Bekaert Arames S/A, em Belo Horizonte/MG, nos dias 12 e 13 de Julho de 2007.

36) Na Câmara Municipal de Goioerê/PR, para vereadores, funcionários públicos municipais e pessoas da comunidade em geral, sobre Acessibilidade e Segurança Pública, em 02 de Agosto de 2007.

37) Na 10ª CONSTRUSUL, Feira da Indústria da Construção Civil, em Porto Alegre/RS, em 04 de Agosto de 2007.

38) Na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) de Cascavel/PR, em 08 de Agosto de 2007.

39) Na UNOPAR, Universidade do Norte do Paraná, em Bandeirantes/PR, para acadêmicos de arquitetura e engenharia, em 10 de Agosto de 2007.

40) EXPOCONSTRUÇÃO/2007, Feira de Tecnologias, Máquinas e Equipamentos da Indústria da Construção, em Salvador/BA, em 16 de Agosto de 2007.

41) Na Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ASSIC) em Cascavel/PR sobre a Arquitetura Contra o Crime no Comércio, por ocasião do pré-lançamento do livro "A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano", em 22 de Agosto de 2007.

42) No Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais (CREA/MG) em Uberlândia/MG em 28 de Agosto de 2007.

43) No Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná (CREA/PR) em Londrina/PR em 30 de Ago de 2007, sobre o tema Acessibilidade e Segurança Pública;

44) Na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa, em Ponta Grossa/PR, no dia 30 de Agosto de 2007.

45) Na sede da Philip Morris do Brasil, em Curitiba/PR no dia 03 de Setembro de 2007.

46) No Condomínio Residencial Shangai, Curitiba, PR, no dia 03 de Setembro de 2007.

47) Na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Rio Negro/PR em 04 de Setembro de 2007.

48) Na Associação Nacional de Paisagismo (ANP) em São Paulo/SP, em 19 de Setembro de 2007.

49) Em Laranjeiras do Sul/PR, para pessoas da comunidade, a convite da Rádio AM Campo Aberto, em 24 de Setembro de 2007.

50) No Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais (CREA/MG) na cidade de Juiz de Fora/MG em 04 de Outubro de 2007.

51) Na sede administrativa da TIM Sul em Curitiba, em 16 de Outubro de 2007.

52) No Encontro de Arquitetura e Engenharia de Uberlândia/MG, promovida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura/MG (CREA/MG), no dia 06 de Novembro de 2007.

53) Na sede do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura/MG (CREA/MG) na cidade de Araxá/MG no dia 06 de Novembro de 2007.

54) No Seminário Segurança Pública na Era do Conhecimento, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no Campus 1 em Curitiba, PR, no dia 13 nov 2007;

55) Na semana Acadêmica de Arquitetura, da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, PR, no dia 22 de Novembro de 2007.

56) Na Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa/PR, para arquitetos e engenheiros da região, em 27 de Novembro de 2007.

57) Na sede do Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná-SECOVI/PR, na Semana do Síndico, em Curitiba, no dia 28 de Novembro de 2007 com o tema A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano em condomínios, para síndicos, funcionários de condomínios, moradores e comunidade em geral.

58) Na Associação Comercial e Empresarial de Guarapuava, em Guarapuava/PR, em 29 nov 2007, para empresários, comerciantes e pessoas da comunidade.

59) No Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Espírito Santo (CREA/ES), na cidade de Vitória/ES, em 04 de Dezembro de 2007.

60) Na Câmara Municipal de São José dos Pinhais/PR, em 05 de Dezembro de 2007, para vereadores, empresários e pessoas da comunidade, no tema Acessibilidade e Segurança Pública.

61) Na Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa/PR em 06 de dez 2007, para a comunidade em geral, com o tema A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano em condomínios;

62) Na sede do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná (CREA/PR), em Curitiba, em 06 de Dezembro de 2007.

63) Na sede da Belgo Cercas e Cia de Macelão/AL em 06 de Março de 2008.

64) Na Feira PROJETEC- Feira e Congresso de Projetos e Tecnologia da Construção Civil e de Habitação em Chapecó-SC em 13 de Março de 2008.

65) Na Universidade Estadual de Feira de Santana, em Feira de Santana/BA, para acadêmicos de arquitetura, em 27 de Março de 2008.

66) No Conjunto Residencial Atlanta, para moradores do condomínio, em Curitiba/PR em 28 de Março de 2008.

67) Na sede do Movimento de Cursilhos de Cristandade, em Curitiba/PR, em 31 de Março de 2008.

68) No Conjunto Residencial Cassiopéia, para moradores, em Curitiba/PR em 01 de Abril de 2008.

69) Na sede da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, para professores e funcionários da secretaria, em Curitiba/PR em 03 de Abril de 2008.

70) Na Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Arapongas/PR, em 03 de Abril de 2008.

71) No Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) em Curitiba/PR, para arquitetos, engenheiros e funcionários, em 08 de Abril de 2008.

72) Na sede regional de Bañeário Caibá/R do Sindicato dos Condomínios e Habitação do Paraná, (SECOVI/PR), em 26 de Abril de 2008.

73) No Encontro Nacional de Pessoas Com Deficiência Visual, para arquitetos, engenheiros, deficientes visuais, familiares e pessoas da comunidade em geral, em Curitiba/PR em 27 de Abril de 2008.

74) Na Feira Nacional de Arquitetura e Engenharia/2008 em Cascavel/PR em 14 de Maio de 2008.

75) Na reunião do Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Jardim das Américas em Curitiba/PR em 27 de Maio de 2008.

76) Na Universidades do Brasil (UNIBRASIL) em Curitiba/PR para alunos do 7º período de Jornalismo, em 30 de Maio de 2008.

77) No Congresso Nacional de Segurança Pública e Arquitetura Penitenciária, em Maceió/AL, em 06 de Junho de 2008.

78) Na sede Campo Comprido da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) em Curitiba, PR na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho/2008 (SIPAT/2008), em 18 de Junho de 2008.

79) Na sede Campo Comprido da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) em Curitiba, PR na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho/2008 (SIPAT/2008), em 19 de Junho de 2008.

80) No VI Encontro Internacional de Paisagismo-SENAC/SP, em São Paulo/SP em 20 de Junho de 2008.

81) Na Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Castro/PR em 02 de Julho de 2008.

82) No Encontro Estadual da Patrulha Escolar Comunitária, em Faxinal do Céu/PR em 23 de Julho de 2008 (I).

83) No Encontro Estadual da Patrulha Escolar Comunitária, em Faxinal do Céu/PR em 23 de Julho de 2008 (II).

84) No Encontro Estadual da Patrulha Escolar Comunitária, em Faxinal do Céu/PR em 24 Julho de 2008 (III).

85) No Encontro Estadual da Patrulha Escolar Comunitária, em Faxinal do Céu/PR em 24 Julho 2008 (IV).

86) No Encontro Estadual da Patrulha Escolar Comunitária, em Faxinal do Céu/PR em 25 de Julho de 2008 (V).

87) No Encontro Estadual da Patrulha Escolar Comunitária, em Faxinal do Céu/PR em 25 de Julho de 2008 (VI).

88) No 1º Mega Encontro dos Empresários Lotéricos do Nordeste, em Recife/PE, em 27 de Julho de 2008.

89) No V Encontro Nacional do PROERD (Programa Educacional de Prevenção às Drogas e à Violência) em Faxinal do Céu/PR em 28 de Julho de 2008.

90) Na XXIX Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho da Petrobrás em São Mateus do Sul/PR, em 31 de Julho de 2008.

91) Na sede da Volkswagen-Audi do Brasil, em São José dos Pinhais/PR em 08 de Agosto de 2008.

92) Na Associação Platinense de Arquitetos e Engenheiros e Associação dos Arquitetos e Engenheiros do Norte Pinoneiro do Paraná, em Santo Antonio da Platina/PR em 21 de Agosto de 2008.

93) Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no setor de Arquitetura, em Belo Horizonte/MG em 25 de Agosto de 2008.

94) No V Congresso de Novas Tecnologias para a Construção Civil, promovido pelo Sinduscon-AL, em Maceió/AL em 03 de Setembro de 2008.

95) No XIV CEPE-Ciclo de Estudos de Política e Estratégia: MBA em Ciência política e Desenvolvimento Estratégico da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), representação de Londrina, na cidade de Londrina/PR em 04 de Setembro de 2008.

96) Na 1ª Conferência Municipal de Segurança Pública e Cidadania em Telêmaco Borba/PR em 22 de Maio de 2009.

97) Na XXI Conferência Brasileira de Segurança Empresarial, promovida pela Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG), em São Paulo, Capital, em 29 de Junho de 2009.

98) No SEBRAE de Mato Grosso, em Cuiabá na Feira do Mobiliário, Decoração, Paisagismo e Construção em 05 de Junho de 2009.

99) Na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais-PR, para alunos da Escola de Oficiais da PMPR em 19 de Junho de 2009.

100) Na Academia Policial Militar do Guatupê, em 15 de Julho de 2009, em São José dos Pinhais-PR, para alunos da Escola do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) do Exército Brasileiro.

101) Na Guarda Municipal de Curitiba/PR, para o Curso de Formação de Guardas Municipais, promovido pelo IMAP/PMC, em 18 de Agosto de 2009.

102) Na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais/PR, para a delegação da Polícia Militar da Bahia, composta por capitães e oficiais superiores, concludentes do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais daquela corporação, em 29 de Setembro de 2009.

103) No Quartel do Comando Geral da PMPR, para estagiários do Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em Curitiba, em 13 de Outubro de 2009.

104) Na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais Paraná, para formandos do Curso Superior de Polícia da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), em visita ao Paraná, em 23 de Outubro de 2009.

105) Na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais Paraná, para capitães formandos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Ceará (PMCE), em 26 de Outubro de 2009.

106) Na Igreja Presbiteriana de Curitiba, sede no Centro de Curitiba, para funcionários da *EXXON Mobile*, em 30 de Outubro de 2009.

107) Na sede do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná (CREA/PR), em Curitiba/PR, para engenheiros e arquitetos, em 12 de Novembro de 2009.

108) Na sede do Serviço Social do Comércio do Distrito Federal (SESC/DF), evento promovido pelo Sindicato dos Lotéricos do Distrito Federal (SINDILOTÉRIAS) e Federação Brasileira dos Empresários Lotéricos (FEBRALOT) em Brasília/DF, com o tema Segurança em Casas Lotéricas, para empresários lotéricos, em 14 de Novembro de 2009.

109) No Embratel *Convention Center*, em Curitiba/PR, durante as comemorações do Dia do Síndico/2009, promovido pelo Sindicato da Habitação e Condomínios (SECOVI/PR), com o tema Segurança em Condomínios, em 28 de Novembro de 2009.

110) Na sede do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) de São José dos Campos/SP, em 15 de Dezembro de 2009.

111) Na sede do Comando do Corpo de Bombeiros da PMPR, em Curitiba/PR, aula inaugural do Curso de Prevenção e Combate a Incêndios para Oficiais do Corpo de Bombeiros, alunos do curso, em 29 de Março de 2010.

112) Na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais Paraná, para formandos do Curso de Formação de Cabos/2010 da PMPR, em 03 de Maio de 2010.

f. Palestras sobre *Design* contra o crime

113) No CIETEP/PR para o curso de pós-graduação em Ergonomia, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná (SENAI/PR), sobre *Design* Contra o Crime, em 18 de Agosto de 2007.

114) Na Feira Metal-Mecânica- Olimpíada do Conhecimento, fase regional, promovida pelo SENAI/PR em Maringá/PR, no dia 17 de Outubro de 2007.

115) Na Olimpíada do Conhecimento, fase nacional, em Curitiba/PR, no Centro Universitário Positivo, (UNICEMP) em Curitiba, em 14 de Agosto de 2008.

116) Na Feira de Negócios da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba, em 03 de Junho de 2009.

117) Na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), para alunos da Faculdade de Design da UTP, em Curitiba, no Campus Prof. Sydnei de Lima Santos, no Barigui, em 09 de Março de 2010.

118) Na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, durante o Workshop Design Contra o Crime, promovido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Serviço Nacional de Aprendizado Industrial do Paraná (SENAI/PR) e Rede Brasil de Design Sustentável, evento este baseado nas pesquisas sobre Design Contra o Crime, publicadas no livro Design Contra o Crime, prevenção situacional do delito através do design de produtos industriais (ver item "produção literária", ocorrida em 19 de Abril de 2010,.

g. Palestras sobre temas diversos

119) Palestra sobre formas de prevenção da AIDS, no Seminário Mulher – Direitos e Responsabilidades, promovido pela Delegacia da Mulher, em Curitiba, da Polícia Civil do Paraná, em 09 de novembro de 1995.

120) No Encontro Nacional do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), em Faxinal do Céu/PR, , coordenou oficinas de capacitação com o tema "aprendendo com dinâmicas de grupo", num total de 04 palestras, nos dias 12 e 13 de Julho de 2005.

121) No Encontro Nacional do PROERD, em Faxinal do Céu/ Pr, Oficina Aprendendo com Dinâmicas de Grupo, nos dias 02 e 03 de Novembro de 2006.

122) Na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) em São José dos Pinhais do Paraná, sobre Metodologia do Ensino, para Instrutores da APMG, em 20 e 25 de Agosto de 2009.

14.2 Palestras em Inglês:

123) Na Academia Policial Militar do Guatupê, para a equipe de Intercâmbio Internacional de Grupo de Estudo da Austrália, do Rotary Internacional (IGE - Distrito 9470- *Perth, Western Australia*) sobre Segurança Pública no Brasil, em Maio de 1999.

124) Na Academia Policial Militar do Guatupê, para a equipe de Intercâmbio Internacional de Grupo de Estudo do Canadá, do Rotary Internacional (Vancouver, British Columbia, Canadá) sobre Segurança Pública no Brasil, em 12 de maio de 2000.

125) Na sede da *Tritec Motors*, em Campo Largo/PR em 08 de abril de 2002 sobre Segurança Pública.

126) Na sede da *Tritec Motors*, em Campo Largo/PR em 11 de abril de 2002 sobre Segurança Pública.

127) Na sede da *Tritec Motors*, em Campo Largo/PR em 17 de abril de 2002 sobre Segurança Pública.

128) Na sede da *Tritec Motors*, em Campo Largo/PR em 07 de maio de 2002 sobre Segurança Pública.

129) Na sede da *Tritec Motors*, em Campo Largo/PR em 02 de Abril de 2003 sobre Segurança Pública.

130) Na sede da *Tritec Motors*, em Campo Largo/PR em 21 de maio de 2003 sobre Segurança Pública.

131) Na sede do *Women's Club International* em Curitiba em Ago de 2003, sobre Segurança Pública.

132) No Quartel do Comando Geral da PMPR, em Curitiba, para a comitiva proveniente do Condado de *Tuscola, Michigan*, Estados Unidos da América, chefiada pelo *Sheriff Thomas Kern* sobre Segurança Pública no Brasil, em 06 de dezembro 2003.

133) Na AAM do Brasil, em Curitiba, em 07 de julho de 2003 (na Cidade Industrial de Curitiba) sobre Segurança Pública.

134) Na sede da *Tritec Motors*, em Campo Largo/PR em 15 de julho 2004 sobre Segurança Pública (em Inglês)

135) Para o *Women's Club International* em Curitiba sobre Segurança Pública em 31 Ago 2004.

136) Para o *Women's Club International* em Curitiba, sobre Segurança Pública, em 01 de Setembro de 2005.

137) Para estudantes do Curso de Mestrado em Urbanismo da Universidade da Flórida, no Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba/PR em 09 de Junho de 2008 sobre Prevenção do Crime Através do desenho Urbano.

138) Para expatriados residentes em Curitiba, em condomínio residencial no Bairro Campo Comprido em Curitiba/PR sobre Segurança Pública, em 03 de Setembro de 2009.

14.3 Palestras em espanhol

139) Para policiais da *Gendarmeria Argentina, Policia Provincial de Misiones* e para policiais da *Policia Nacional* do Paraguay, na cidade de Oberá, Provincia de Misiones, na Argentina sobre Segurança Pública e Prevenção do Crime Através do desenho Urbano.

140) Para a delegação da Polícia Nacional da Colômbia, na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais/PR, em 08 de setembro de 2009 Segurança Pública e Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano.

15. Cursos de Prevenção do Crimes Através do Desenho Urbano que promoveu, com duração de 08 horas/aula cada:

- 1) Na Prefeitura Municipal de Londrina, com a participação de Engenheiros Arquitetos do setor público e privado, bem como policiais militares, com a presença do Secretário Municipal de Obras do Município e do Diretor Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Londrina (IPUL), nos dias 19 e 20 de Junho de 2007.
- 2) Na Universidade Filadélfia de Londrina (Unifil) Curso de Férias sobre Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano, em 23 de Julho de 2007.

- 3) Na 84ª SOEAA, Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no Rio de Janeiro/RJ, promovida pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, de 12 a 18 de Agosto de 2007.
- 4) No Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do PR, (CREA/PR) na cidade de Pato Branco/PR, nos dias 06 e 07 de Setembro 2007.
- 5) Na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, nos dias 25 e 26 de Setembro de 2007.
- 6) No Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do PR (CREA/PR), na cidade de Cascavel/PR, no dia 27 de Setembro de 2007.
- 7) No Encontro Tecnológico da Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no dia 25 de Outubro de 2007.
- 8) No Instituto de Qualificação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Pernambuco, na cidade de Recife/PE (IQ/CREA/PE) nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2007.
- 9) No Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná, (SECOVI/PR) nos dias 10 e 11 de Março de 2008.
- 10) Na sede da Caixa Econômica Federal em Curitiba/PR para funcionários da Caixa, lotéricos e Policiais Militares em 17 de Junho de 2008.
- 11) Na Polícia Militar de Minas Gerais, (PMMG) em Belo Horizonte/MG de 25 a 26 de Agosto de 2008, durante o Curso de Comunicação Social para Prevenção do Delito.
- 12) Na sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA/PR) em Curitiba/PR, nos dias 01 e 02 set 2008;

16. Cursos à distância (via Internet, com 30 horas/aula cada)

- 1) 1º Curso de Prevenção do Crime Através do desenho Urbano, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná, (CREA/PR) Agosto e Setembro de 2007.
- 2) 2º Curso de Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná, (CREA/PR) Outubro e Novembro de 2007.

17. Cursos que promoveu como Instrutor de Metodologia do Ensino da Escola do Governo do Paraná, Secretaria de Administração e Previdência do Paraná (SEAP/PR) com 20 horas/aula cada:

- 1) Curso de capacitação para técnicos e policiais militares da Força Verde da PMPR e Instituto Ambiental do Paraná em Maio de 2005.
- 2) Curso de capacitação para técnicos do Departamento Penitenciário do Paraná da Secretaria de Justiça do Paraná (SEJU/PR), na Escola Penitenciária (ESPEN) em Agosto de 2005.
- 3) Curso de capacitação para técnicos do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Detran/PR) e Instituto Ambiental do Paraná, em Curitiba, em Novembro de 2005.
- 4) Curso de Capacitação para Delegados da Polícia Civil do Paraná, na Escola Superior da Polícia Civil, em Curitiba, em Dezembro de 2005.
- 5) Curso de capacitação para Técnicos da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA/PR), da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR), do Instituto Ambiental do Paraná e da Polícia Militar do Paraná, em Curitiba, em Março de 2006.
- 6) Curso de Técnicas de Comunicação- nível intermediário na sede da Escola do Governo do Paraná, em Curitiba, em Junho de 2007.

18. Disciplinas ministradas em Universidades

- 1) Violência, criminalidade e políticas públicas, no Instituto Brasileiro de Pós-graduação e Extensão Universitária (IBPEX-UNINTER), em Curitiba/PR com 30 horas/aula de 02 a 21 de Abril de 2008.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 58

PAREÇER AO PROJETO DE LEI Nº 267/2012

Projeto de Lei nº 267/2012
Autor: Deputado Mauro Moraes

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO SENHOR ROBERSON LUIZ BONDARUK.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor ROBERSON LUIZ BONDARUK.

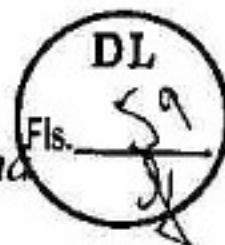
FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

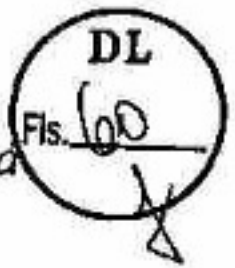
Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito (FLS. 04).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Na que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei, tendo sido anexado ao presente projeto de lei todos os requisitos exigidos na legislação pertinente, inclusive certidões negativas e criminais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PASTOR EDSON PRACZYK
Relator

